

A primeira suma portuguesa de teologia moral e sua relação com o «Manual» de Navarro

A cultura portuguesa está profundamente marcada pela Teologia. Os investigadores constataam-no facilmente. A comunidade lusa do tempo em que a Teologia se cultivava nas universidades ao mesmo nível de outros ramos do saber terá tido consciência disso, embora em grau diverso segundo as habilitações das pessoas e dos grupos. Mas, desde que o património teológico foi relegado para as bibliotecas e arquivos e o ensino da Teologia privatizado e até hostilizado, a cultura portuguesa enferma de omissões e desequilíbrio. Pensamos que a investigação deverá reconduzir a Teologia ao lugar que lhe compete na cultura portuguesa não tanto por ser um direito da Teologia mas por exigência da própria cultura.

Entretanto, reintegrar a herança do passado na cultura geral portuguesa é importante, mas não basta. Impõe-se cultivar permanentemente a Teologia nas escolas e nas relações humanas, encarná-la nos indivíduos e na sociedade, pois ela tem a função de ajudar o homem a descobrir-se nas dimensões últimas de sua imanência e transcendência e a realizar o bem-estar integral a que se sente chamado.

Com o presente trabalho de investigação esperamos contribuir para o enriquecimento da cultura portuguesa não apenas enquanto herança do passado mas também como factor permanente de crescimento individual e progresso social. Ele tem por objecto uma obra de moral cristã do século XVI que, pela origem portuguesa e pela sua repercussão em obra do mesmo título de célebre autor estrangeiro, muito honrou a cultura do referido século e exerceu decisivo influxo no ensino e sistematização teológico-morais dos séculos posteriores. Aliás, ainda hoje constitui valioso instrumento de consulta e formação teológicas. Falamos do *Manual de confesores e penitentes*, primeira suma de teologia moral de autor portu-

guês, publicada em Portugal e em língua portuguesa, atribuída a Fr. Rodrigo do Porto e intimamente relacionada com obra da mesma epígrafe do famoso canonista-moralista espanhol Martín de Azpilcueta Navarro, o qual durante 17 anos (1538-1555) foi professor catedrático na Universidade de Coimbra.

Anonimato e mistério rodearam desde o princípio a história da referida suma portuguesa. Por isso, será tarefa útil desvendar esse mistério e identificar o mais possível essa obra; definir a originalidade do *Manual* português e sua relação com a obra homónima de Navarro; aquilatar de seu valor e projecção no âmbito da cultura tanto portuguesa como europeia.

I. Um «Manual» de teologia moral justamente celebrado

A par das obras teológicas de tendência especulativa e espiritualista, abundam nos séculos XIII-XVI as sumas de teologia moral de feição pastoral casuística e exomológica¹. Primando em geral pela brevidade e sentido prático, pressupunham e aplicavam a revelação bíblica e a reflexão teológico-dogmática à conversão e perfeição cristãs, mantendo-se isentas de aderências racionalistas que caracterizaram as *Institutiones* e as *Summae* da era dos «sistemas morais» (séculos XVII e XVIII). Muitas delas conseguiram assinalado êxito. Por vezes, mais em virtude da língua em que foram escritas ou traduzidas (o latim) do que pelo conteúdo doutrinal ou opção metodológica².

Em Portugal, várias foram as sumas de pendor casuístico avidamente consultadas³. As mais autorizadas ou preferidas mereceram as honras do comentário e da tradução⁴. O *Manual de confessores*

¹ Para uma visão sintética das correntes teológico-morais através dos tempos, designadamente nos séculos XIII-XVI, cf. A. PEREIRA DA SILVA, *Teologia moral em renovação*, em *Didaskalia* 1 (1971) 266-270.

² Cf. o elenco dessas sumas principais no trabalho e revista citados na nota anterior, p. 268, nota 20.

³ O facto de os estudos eclesiásticos se encontrarem organizados a nível universitário e de a formação do clero exigir textos de orientação e consulta explica a divulgação dessas sumas em Portugal. Nas bibliotecas públicas e particulares encontramos exemplares de várias. Em obras teológicas posteriores, de autores portugueses, citam-se com frequência. Pela abundância de citações, cf., por ex., DIONÍSIO BERNARDES DE MORAIS, *Coruscationes dogmaticae universo orbi terrae pro recta sacramenti poenitentiae administratione refulgentes...*, Ulyssipone 1748.

⁴ No âmbito dos comentários e como obra meritória, devemos mencionar: Fr. GOMES DE LISBOA, *Annotationes sex mille et octingentae ad summam moralem Fr. Astesani Astensis Ordinis Minorum*, Venetiis 1519. A suma chamada *Astesana* do franciscano Fr. Francisco de Asti

e *penitentes*, de que nos vamos ocupar, filia-se na corrente casuística muito atenta aos aspectos positivos da vida eclesial e civil mas ainda não subserviente dos excessos racionalistas e legalistas⁵. Constitui a primeira obra da especialidade elaborada por autor português⁶ e julgamo-la mais perfeita do que as sumas congêneres, antecedentes e contemporâneas, sob os pontos de vista doutrinal e metodológico. É certo que não conseguiu tão ampla divulgação como outras de valor real inferior. Mas isso deveu-se ao facto de ter sido escrita em língua vulgar (para mais eficiente serviço da Igreja em Portugal) e sob anonimato. Entretanto, seu mérito não pode estar pendente de tais condicionamentos, e seu êxito, como teremos ocasião de verificar, deve ser considerado grande.

1. *Revelações e enigmas das várias peças da obra*

É de 1549 a primeira edição da obra de teologia moral intitulada *Manual de confessores e penitentes* de autor português e escrita em língua portuguesa. Suas peças preliminares e complementares, ao mesmo tempo que esclarecem o leitor, levantam alguns problemas, para os quais os bibliógrafos não têm encontrado solução

(séc. xv) foi das mais divulgadas no mundo da teologia e da pastoral. Fr. MANUEL DO CENÁCULO VILLAS-BOAS, *Memórias históricas do ministério do púlpito...*, Lisboa 1776, p. 142, considera o trabalho do franciscano conventual Fr. Gomes de Lisboa uma ampliação da suma astesana, acrescentando ainda: «Eu não tenho dúvida em assentar que aquela *Summa* [*Annotationes...*] servia neste Reino [de Portugal] de instrução pelos exemplares que nos ficaram e porque ainda entre nós se conservavam os Padres Conventuais, de cuja família era Fr. Gomes». No que se refere a traduções, elas vieram um pouco mais tarde, depois do aparecimento da suma que nos vai ocupar, isto é, quando, terminado o Concílio de Trento, as necessidades pastorais da Igreja eram mais sentidas e a formação do clero muito mais urgida. Segundo Cenáculo, *ib.*, «o dominicano Fr. Tomás de Chaves resumiu a doutrina de Fr. Francisco Victoria», resumo que foi certamente publicado em latim com o título *Summa sacramentorum Ecclesiae...*, Conimbricæ 1573, mas que teria conhecido anteriormente edição portuguesa, em 1564 (cf. INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, VII, p. 181 e 341; e VIII, letra T, n. 156, onde põe em dúvida a existência da obra em português). De outro dominicano, Fr. DIOGO DO ROSÁRIO, possuímos a *Suma caietana trasladada em português, com muitas anotações e casos de consciência e decretos do sagrado Concílio Tridentino*, Braga 1565. O P. PEDRO DE SANTA MARIA também terá publicado em 1553 *Confessionário e instrução de confessores e penitentes*, mas não se conhecem exemplares (cf. INOCÊNCIO, como acima, VI, p. 431).

⁵ Também em Portugal, podemos distinguir correntes filosófico-teológicas de índole prevalentemente especulativa, espiritualista ou casuística. Até ao aparecimento do *Manual* que estudamos, um pouco especulativo e muito casuístico, as obras de formação cristã publicadas em Portugal eram mais de feição especulativo-espiritualista. Haja em vista o *Leal conselheiro*, de D. Duarte, e o *Livro da virtuosa benfeitoria*, de D. Pedro. A corrente casuística propriamente dita só se constituiu em Portugal na segunda metade do século xvi, depois da obra que nos ocupa.

⁶ Como dizemos na nota anterior, o *Leal conselheiro*, de D. Duarte, que poderia ser invocado como primeira suma de ética cristã, além de pouco sistematizado, representa uma corrente filosófico-teológica distinta.

satisfatória⁷. Vamos colher as informações dessas peças para tentar solução acertada.

É este o frontespício da obra:

MANUAL DE CON / fessores, & penitêtes, em ho qual breue /
/ & particular, & muy uerdadeyramen / te se decidem, & declarã quasi
todas as / duuidas, & casos, que nas confissões soẽ / occorrer acerca
dos peccados, absolui- / ções, restituyções, & censuras: Com / posto
por hũ religioso da ordem de sam / Francisco da prouincia da piedade.

Ainda no frontespício, segue-se, em caracteres góticos, a menção da censura:

Foy vista, e examinada, e apro / uada a presẽte obra por o Dou / tor
Nauarro, cathedratico / de prima ã canones na Uni / uersidade de
Coimbra./ Por comissam do Infante Car / deal inquisidor mayor /
/ nestes Reynos.

Obra em 8.º, com [20 fls.] preliminares, 648 págs. de corpo, e mais [6 fls.] complementares. Texto em caracteres góticos, excepto nas peças preliminares e epígrafes. Prefácio do célebre canonista-moralista Martín de Azpilcueta Navarro (fl. 1v-2v), ao tempo professor na Universidade de Coimbra, seguido de uma «declaracion de algunos passos dubdosos, por el mismo doctor» (fl. 3-18). Imediatamente após esta declaração interpretativa de vários pontos da obra, lemos a protestação de ortodoxia de Navarro, em seu nome e no do autor, bem como a reservação de direitos por sete anos que Navarro obtivera do papa Paulo III para as suas publicações:

GLORIA DEO, cuius vicarij censurae cū / authoris, tū nostra quāmo-
destissime vtriusque / nomine subijcio, donatus eius priuilegio, ne quid a nobis
excussum intra septēniū, sine / consensu nostro ab alio quoque excudi possit.

Segue-se uma página de introdução (fl. 18v) e todo o corpo da obra (p. 1-648).

Na última página do corpo da obra regista-se a data da edição:

Deo gratias. / A louuor & gloria de nosso senhor. / Iesu Christo,
& de sua gloriosa madre. Foy / impressa a presente obra chamada

⁷ Cf., por ex., as incongruências de DIOGO BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana...*, sob as epígrafes «Fr. António de Azurara» (tomo I, p. 209), «Fr. Masseu de Elvas» (tomo III, p. 438) e «Fr. Rodrigo do Porto» (tomo III, p. 642); e as hesitações de INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *o. cit.*, II, C, n. 374, e VII, p. 182. Não admira, pois, que a breve nota consagrada a Fr. Rodrigo do Porto na enciclopédia VERBO termine com esta verificação: «O problema da autoria da obra [*Manual de confessores e penitentes*] e edições merece estudo que não está feito».

Manual / de cõfessores. Na muyto nobre & leal / cidade de Coimbra. Por Ioã da / barreyra, & Ioã alvares em / primidores da mesma / vniuersidade. / Acabouse aos xxvij. dias do mes de / Iulho. De. M. D. XLIX. annos (p. 648).

Prossegue com a «tavoda (*sic*) dos capítulos», ou seja, com o índice sistemático de cada capítulo (fl. 1-6), e fecha com os «erros da impresam mayz substanciaes» (fl. 6v).

Temos assim insinuados a natureza e o conteúdo genérico da obra: é uma suma de teologia moral destinada a confessores e penitentes, com matéria de interesse prevalente para estes interlocutores, exposta segundo as exigências pastorais da reconciliação cristã por via sacramental. Temos, além disso, revelada, tanto na língua como na referência ao autor, a origem portuguesa da obra. Igualmente a proveniência franciscana: o autor do *Manual* foi um religioso da Província Franciscana Portuguesa da Piedade⁸. Menciona-se ainda a colaboração do célebre canonista-moralista Martín de Azpilcueta Navarro, professor na Universidade de Coimbra durante 17 anos (1538-1555)⁹; colaboração essa prestada tanto na censura, por comissão do inquisidor-mor, como no esclarecimento de alguns pontos duvidosos, a pedido do autor e do superior maior deste, como refere o próprio Navarro no texto da declaração-apresentação da obra¹⁰. Esta colaboração pareceu a Navarro tão empenhativa que, no fim da declaração dos pontos duvidosos, aplicou a reserva de direitos que, para seus escritos, obtivera de Paulo III em 1543¹¹.

⁸ Cf., adiante, no texto evocado pela nota 24, informação mais desenvolvida sobre esta Província religiosa franciscana.

⁹ Oferecemos alguns dados biográficos de Martín de Azpilcueta Navarro, com destaque para os que se relacionam com Portugal. Nasceu em Barasoain, Navarra (donde o apelido de Navarro) em 13-12-1492. Era primo de S. Francisco Xavier. Estudou em Alcalá de Henares e doutorou-se em Cânones na Universidade de Toulouse no ano de 1514. Professor em Cahors (1521), logo a seguir em Toulouse, depois em Salamanca (1524-1538), Coimbra (1538-1555) e Oviedo (1563). Foi sacerdote e Cônego Regular de S. Agostinho. Estabeleceu-se em Roma a partir de 1567. Gozou de grande prestígio junto dos papas S. Pio V, Gregório XIII e Sisto V. Morreu a 21.6.1586, sendo sepultado na igreja de Santo António dos Portugueses na cidade eterna. Teremos ocasião de referir e estudar, através do presente trabalho, várias obras suas. Mas, para uma ideia de conjunto, cf. *Opera omnia*, 5 vols., Coloniae Agrippinae 1616. Sobre a sua figura de canonista e moralista, cf. JOSÉ GOÑI GAZTAMBIDE, *Un decenio de estudios sobre el Dr. Navarro D. Martín de Azpilcueta* (1936-1946), em *Revista Española de Derecho Canónico*, I (1946) 815-831. É uma síntese de diversos trabalhos sobre Navarro.

¹⁰ *Manual de confesores e penitentes*. 1.ª ed. Coimbra 1549, «declaracion de algunos passos dubdosos» por Navarro, fl. 13. Publicado sob anonimato, e apesar de neste trabalho identificarmos o autor, citaremos daqui em diante esta obra apondo a *Manual* o qualificativo «português» e o número, local e data da edição.

¹¹ *Manual* português, 1.ª ed. Coimbra 1549, fl. 18. O texto íntegro do breve de Paulo III, publicado *ib.*, 2.ª ed. Coimbra 1552, será transcrito adiante, sob a nota 51.

Importa reter este pormenor, porque terá reflexos no futuro da obra. Assim como deverá, desde já, notar-se que, enquanto o nome do autor do *Manual* é omitido, o do censor e revisor (Navarro) é sempre expressamente mencionado, encabeçando respectivamente a censura-prefácio e a declaração-esclarecimento. De sublinhar também a antiguidade da obra (1549), a primeira no seu género publicada em Portugal, bem como o seu lugar privilegiado na bibliografia teológico-portuguesa não só do século XVI mas de todos os tempos¹².

2. Valor intrínseco da obra

Quem está familiarizado com as obras de teologia moral, publicadas através dos tempos na linha das intenções pastorais da Igreja e como resposta cristã às interpelações dos homens e das comunidades humanas, poderá facilmente verificar que o *Manual de confesores e penitentes* em questão é, de facto, uma das melhores sumas elaboradas até ao Concílio de Trento. A perspectiva pastoral nele adoptada (algo sistemática, eminentemente prática e vincadamente sacramental) seria mesmo confirmada por Trento¹³.

Para julgar do valor intrínseco da obra, baste por agora¹⁴ referir as epígrafes de seus vinte e sete capítulos, o testemunho de autores abalizados, o cuidado posto na elaboração e edição e o extraordinário acolhimento obtido.

Os capítulos encontram-se ordenados segundo o esquema da celebração penitencial. Por sua vez, a exposição doutrinal obedece a ordem sistemática e não alfabética, ao contrário do que geralmente sucedia nas sumas afins dos séculos anteriores. Deste modo, o *Manual* consegue aliar o fim prático da ajuda imediata aos confesores e reconciliandos com as exigências de sistematização professadas nas escolas de Teologia.

¹² Julgamos que isto se pode afirmar honestamente não só a partir da mesma obra e dos testemunhos contemporâneos a seu respeito, como também pelo confronto com outras obras afins que foram surgindo nos séculos posteriores e são elencadas em obras bibliográficas bem conhecidas, como: D. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana histórica, crítica e cronológica*, 4 vols., Lisboa 1747 ss; INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, etc., *Dicionário bibliográfico português*, 22 vols., Lisboa 1858 ss; ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa 1926. Cf. uma síntese da literatura teológica, moral, espiritual e jurídica por SERAFIM LEITE, *Portugal*, em *Dictionnaire de theologie catholique*, XII, 2, col. 2612-2634. Sobre a prioridade cronológica do *Manual*, cf., acima, notas 4 e 5.

¹³ Cf. A. PEREIRA DA SILVA, *Teologia moral em renovação*, em *Didaskalia* 1 (1971) 267.

¹⁴ Tencionamos, em estudos posteriores, tratar dos temas mais candentes ou originais nesta obra em relação com outras congéneres.

Quanto à matéria versada, os dez primeiros capítulos são consagrados *ex professo* ao sacramento da penitência, começando pelos actos do penitente e continuando com as principais obrigações do ministro e as diversas circunstâncias da reconciliação. Assim, o I trata da «contrição» (p. 1-12); o II, da «confissão» (p. 12-15); o III, da «satisfação» (p. 15-16). Depois destas «tres partes da penitencia», segue-se, em IV capítulo, o tratado do ministro da reconciliação e de sua preparação remota para o exercício do ministério: «Como ho confessor ha de ser sciente: e qual sciencia se requiere: E quem pode confessar» (p. 16-20). O V é dedicado à pedagogia do diálogo sacramental por parte do ministro da reconciliação: «(...) Como o confessor he obrigado [a] pregutar ao penitente. E a prudencia que acerca disso deue guardar» (p. 20-23). O capítulo VI tem por objecto a questão complexa das «circunstancias» dos pecados, tanto das que «mudã em outra specie», como das que «agrauam mortalmente na mesma specie», como ainda das que simplesmente «agrauam na mesma specie» (p. 23-31). O VII versa a obrigação de guardar a fama alheia na declaração das próprias faltas: «Como ho penitente deve cõseruar a fama do proximo: e quando se pode confessar a outro sacerdote e nã ao seu proprio» (p. 31-36). O VIII é relativo ao «selo da confissam», hoje mais comumente designado por sigilo sacramental (p. 36-42). O IX trata dos casos em que «se ha de iterar a confissam» (p. 42-51). O X é consagrado à preparação próxima e actuação pastoral do sacerdote na celebração penitencial: «Como se ha de aver ho cõfessor acerca de si, primeyro que se chegue a cõfessar: e acerca do penitente. E de como ho ha de instruir. E o q̃ no principio lhe ha de preguntar» (p. 52-58).

A partir do capítulo X, começa a exposição sistemática da doutrina moral cristã pela ordem dos mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, das sacramentos, das obras da misericórdia, e de algumas normas ou exigências disciplinares estabelecidas pela Igreja como apelo e estímulo do comportamento cristão.

Assim, o capítulo XI tem por objecto o primeiro mandamento da Lei de Deus «(...) Amar a deos de todo nosso coraçã, de toda nossa alma: de toda nossa vontade». É um longo tratado que abrange a maior parte da matéria desenvolvida em outras obras sob a epígrafe de «virtude da religião» ou «virtudes teologais» (p. 58-99). O capítulo XII prossegue com a matéria do anterior: «Do segundo mandamẽto nam tomaras ho nome de deos em vãõ» (pp. 99-112). O capí-

tulo XIII desenvolve o «terceyro mādamento, que he guardar as festas» (p. 112-119). O capítulo XIV prossegue a exposição dos mandamentos da lei de Deus com o primeiro dos chamados da segunda tábua, directamente referidos ao próximo. Intitula-se: «Do quarto mandamēto Que he honrrar ho pay e mãy» (p. 119-129). O capítulo XV trata «do quinto mandamento Que he nam mataras» (p. 129-144). O XVI enuncia-se: «Do sexto mandamento Nam fornicaras» (p. 144-169). O capítulo XVII é o mais desenvolvido de toda a suma, abrangendo as complexas questões da justiça na posse e uso dos bens materiais, embora se enuncie na forma simples e negativa bem conhecida da Bíblia e da Tradição: «Do septimo mandamēto nam furtaras» (p. 169-263). O capítulo XVIII trata «do octauo mandamēto nam diras falso testemunho» (p. 263-284). Os capítulos XIX e XX têm por objecto a matéria dos dois últimos mandamentos da Lei de Deus mas em ordem inversa à que seguimos hoje nos catecismos: «Do nono mandamento nam cobiçaras as cousas do teu proximo» (p. 284-289); e: «Do mandamento decimo nam cobiçaras a molher alhea» (p. 289-292).

O capítulo XXI é consagrado à exposição de todos os mandamentos da Igreja, segundo a ordem por que se enumeravam no tempo: «Dos mandamentos da igreja que sam ouuir missa os domingos e festas, jejûar os dias que manda a igreja, pagar dizimos, confessarse hũa vez no anno e comungar por pascoa. E primeyramente do ouuir missa» (p. 292-232).

O capítulo XXII trata dos «sacramētos da igreja», com especial relevo para o sacramento do matrimónio e a moral matrimonial (p. 232-368).

Segue-se o capítulo XXIII em que amplamente se desenvolve o tema dos vulgarmente chamados «peccados mortaes» (p. 368-410).

O capítulo XXIV tem uma epígrafe mais tarde abandonada nos tratados de teologia moral: «Dos cinco sentidos que sam Uer. Ouuir. Tocar. Gostar. Cheyrar». Aliás, este capítulo reduz-se a breves linhas, e estas quase só de remissões para outras partes do *Manual*. O seu restante conteúdo é constituído pelas «obras de misericordia corporaes q̃ sam dar de comer ao faminto, dar de beber ao q̃ ha sede, vestir ao nuu, visitar ao efermo, agasalhar ao estrangeyro: remir o catiuo sepultar ao morto»; e pelas «obras de misericordia espirituas que sam. Conselha. Ensina. Consola. Castiga. Perdoa. Soporta» (p. 410-418).

O capítulo XXV intitula-se: «Dalgũas perguntas particulares pera algũs estados. E primeyramente quãto aos senhores». É um longo tratado de moral profissional, onde, depois das responsabilidades dos «senhores», se explanam as dos juizes, advogados, procuradores, acusadores, reus, testemunhas, tabeliães, mestres e doutores, estudantes, médicos e cirurgiães, testamenteiros, tutores, administradores e provedores de hospitais, clérigos de ordens sacras, beneficiados e pregadores (p. 413-506).

O capítulo XXVI retoma o assunto do ministério do sacerdote na fase complementar do diálogo sacramental: «Como se ha de auer ho confessor com ho penitente despoys que [este] ouuer dito o que lhe lembra de seus peccados» (p. 506-532).

O capítulo XXVII e último compreende a restante matéria que se poderia desejar numa suma do género. Trata «das censuras da igreja» («excomunhã, suspensam e interdicto»), da «irregularidade», dos «casos reservados», de algumas «regras» que «qualquer confessor deue saber» e de outras questões julgadas úteis para a formação da consciência cristã (p. 533-648).

Por esta descrição, vemos que o *Manual* foge ao esquema mais comum das sumas de confessores conhecidas no tempo. Prefere a ordem sistemática à alfabética, sem prejuízo do sentido prático e pastoral. Pretende ser ao mesmo tempo breve e completo, como se desejava em obras desta natureza.

O valor do *Manual de confessores e penitentes* consta também de testemunhos autorizados. Referimos dois: um de Cenáculo e outro de Navarro.

Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), discorrendo sobre os estudos de teologia moral em Portugal, refere-se a esta obra como sendo a primeira «suma formada» e «regular» que se compôs em Portugal e por autor português, devendo considerar-se «excelente para o seu tempo»¹⁵.

É, no entanto, do célebre canonista-moralista Martín de Azpilcueta Navarro, contemporâneo do autor e corresponsabilizado na publicação do *Manual*, que recolhemos a mais autorizada apreciação e o mais encomiástico testemunho. Nomeado pelo cardeal infante

¹⁵ FR. MANUEL DO CENÁCULO VILLAS-BOAS, *Memórias históricas do ministério do púlpito...*, p. 142. Cf. também INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, VII, p. 181.

D. Henrique, inquisidor-mor, para censor da obra, Navarro emite sobre ela, «sin saberlo el author»¹⁶, o seguinte parecer:

«Lo que me parece pues della, Christiano lector, ante IESV CRHISTO nuestro vniuersal iuzgador es, que a mi iuyzio muchos años ha, q̃ ninguna obra de su tamaño se imprimio: ni en latin, ni en romãce Portugues, Castellano, ni Frãces tan p[ro]uechosa, y segura p[ar]a los cõfessores y penitẽtes como esta, sacados los textos de canões. Y esto digo como hõbre por cuyas manos hã passado quasi todos los libros, assi de theologos, como canonistas desta materia en las dichas lenguas impressos. Por auer sido desde niño desseo de saberme cõfessar y auer leydo en canones, mezclando siempre cõ ellos la Theologia moral, y sacramental, assi la moderna, como la antigua veynte años, y mas en las muy insignes vniuersidades de Salamanca, y Tholosa de Francia, y onze en esta [de Coimbra] insignissima. Lo qual digo no cierto para iactancia desta ceniza y poluo, mas para credito de lo que he dicho. Que cierto es mucho: pero no sin razon affirmado. Ca aunque muchos libros y buenos aya scriptos en esta materia por muy sanctos, buenos y doctos varones, assi modernos como âtigos. Pero ninguno ay donde el lector auisado no dessee, o no deseche mas que en este: Porque algunos hablan confuso, o en general, sin descẽder a lo particular, o biẽ poco. Otros descien den mas: pero por tan luengos y oscuros grados, y escalones de disputationes, que el cõmũ saber de los confesores y penitentes, no los puede andar. Dellos hablan como pretores, sin razon, texto, ni otro autor, queriendo que sus dichos tẽgan fuerça de editos. No falta quien escoia falsas opiniones, o por sobra de afficiõ: o por mal creer que todo lo menos seguro es dudoso: o por priessa: no pesar sus fundamẽtos: Y algunos que de todo lo susodicho se guardan, no hartã o por dexar mucho de lo necessario, o por no allegar a modernos en lo q̃ meior q̃ los antiguos hablarõ: o por no especificar los lugares dellos y de los âtigos q̃ allegã donde pueda el lector si quisiere, ver lo q̃ dubda mas estendido, o prouado: hora lo hagan por no enfriar el estilo, hora por conseruar su autoridad, hora por tener, como dize sant Hierony. la agena alabãca por p[ro]prio vituperio»¹⁷.

E prossegue com desvanecedor elogio à competência doutrinal, opção metodológica e probidade moral do autor:

«El autor empero desta [obra] como prudẽte cõ grã cordura, igual iuyzio & diligencia, todo lo general, y particular ha tocado, y por linda

¹⁶ *Manual* português, 1.ª ed. Coimbra 1549, censura-prefácio de Navarro, fl. 1v: «Por tres respectos principalmente Christiano lector, dire sin saberlo el author desta obra lo que me parece. El primero porque el gran infante Cardenal don Henrrique inquisidor mayor incõparable de todos los reynos, y señorios de su hermano el Rey dõ Iuan tercero. N. S. me mando q̃ lo viesse, pa. dezir si era bien, q̃ se imprimiesse. El otro, porq̃ a quiẽ la costa de la impression ha hecho se lo ofreci, quãdo le pedi por merced, que por el bien publico la hiziesse. El postrero por temer que como el autor por su humildad no quiere nõbrarse: se ternia por apocripa, baxa y una de por ay, con que su gran fructo se impidiesse».

¹⁷ *Ib.*, fl. 1v-2.

ordẽ, prouechosa claridad, y dulce breuedad tractado. Y no de priessa desde ayer, o antaño, antes desde mas años (...): Y de todos los que en su materia han escripto: assi Canonistas, como Theologos, y mixtos, comunicadas las exquisitas dubdas, con muy doctos varones, y muy experimẽtados confesores, quales los ay cierto en su orden, ha trabajado de escoger las mas verdaderas opiniones. Y por dar a cada vno lo suyo, como iusto, los lugares, aun de los modernissimos, allega sin retener nada de lo ageno: como amador de la muy alta pobreza, q̃ professa y guarda. A nadie allega para lo afrentar. A nadie calla por ser de orden, o religion diversa. Antes cõ solo amor y desseo de servir a IESU CHrõ, busca y toma la verdad de doquier que se halla: sin ningun sabor de rancor, faction o parcialidad, sin ningun olor de vanidad, inuidia y ambicion, con muchos perfumes de charidad, y prudentissima simplicidad: dignos de las boticas de los padres exemplares de la prouincia de la piedad. Porende CHristiano lector, demos gracias a Dios por este fauor, que le dio al author, para cõ imẽso trabaio coger de muchos vergeles este manoio de flores, o manual que es doctrina entera Christiana para todos: memorial y reportorio de todo lo necessario al iuyzio de la consciencia para los doctos: cõfessionario perfecto para confesores: espeio de azero grande y claro para penitentes»¹⁸.

Chamamos a atenção para o núcleo deste elogioso parecer de Navarro que é ao mesmo tempo censura e prefácio do *Manual*.

Segundo Navarro, há muitos anos que não se publicava obra teológico-moral de importância tão grande: nem em latim nem nas línguas vulgares que lhe eram familiares (espanhol, português e francês). Sublinha o mérito, segurança e utilidade da obra. Pronuncia-se com conhecimento de causa, pois está a par de «quase todos os livros, tanto de teólogos como de canonistas, publicados sobre a matéria nas referidas línguas». Di-lo ainda com experiência, pois, há mais de vinte anos, leccionava Direito Canónico nas universidades de Toulouse, Salamanca e Coimbra (nesta, há mais de onze, ou seja, desde 1538), cultivando-se ao mesmo tempo na «teologia moral e sacramental, tanto moderna como antiga». Considera, por isso, que, «embora existam na matéria muitos e bons livros escritos por mui santos, bons e doutos varões, quer modernos quer antigos, nenhum se encontra onde o leitor avisado mais se inspire e deleite do que neste». Com efeito, o autor da suma «tudo abordou, tanto

¹⁸ *Ib.*, fl. 2-2v. Remata a censura-prefácio com um voto piedoso: «En que oxala de tal manera veamos y aborrezcamos todas nuestras faltas y pecados, que algun dia en aquel immenso de la diuinidad veamos la infinita misericordia, con que fuymos perdonados, y salvados. Amen».

em geral como em particular, com grande cordura, igual juízo e diligência, e tudo desenvolveu por bela ordem, proveitosa clareza e suave brevidade», com competência e isenção, simplicidade e profundidade, verdade e caridade¹⁹.

Recomenda ainda o valor da obra o sumo cuidado que se pôs na edição. Navarro faz-se eco desse cuidado no parecer acima referido. Elaborou ponderadamente tal parecer, não fosse, por um lado, o custeador da edição fazer despesas inúteis e, por outro, o público ficar privado de obra tão recomendável. Como diz expressamente, pelo facto de «o autor por humildade não se querer revelar», temia que a obra fosse tida «por apócrifa, reles e banal», com prejuízo do «grande fruto» que estava destinada a produzir²⁰.

Mas o esmero nos preparativos da edição foi mais longe. Enquanto decorria a composição tipográfica do *Manual*, «graves varões», talvez estranhando que de autor português pudesse sair obra tão valiosa, e, ao que parece, não concordando inteiramente com algumas teses ou soluções explanadas na obra, fizeram chegar observações e propostas aos responsáveis pela edição. Então, a pedido do autor e do superior maior deste, Navarro releu o texto da obra, na altura já impresso, e redigiu uma «declaração» que se publicou integrada no *Manual*, entre o prefácio e a introdução; declaração, em que Navarro reafirmava a ortodoxia e unção da doutrina da obra, sendo apenas de corrigir os erros de impressão e de aclarar alguns pontos que, por brevidade na exposição, ficaram obscuros, devendo por isso serem entendidos segundo a intenção do autor.

Interessante o prólogo dessa «declaracion de algunos passos dubdosos»:

«Despues de estar impressa toda esta obra, excepto el repertorio del cabo, y la introduciõ del comiẽço: fuy pregũtado por graues varones, si todo lo en ella contenido tenia yo por verdadero, o solamẽte por cosa, que no repugnaua a nuestra sancta fe catholica. Lo qual oydo por el author, el y su custodio me rogaron, que la tornasse a leer, y respondiesse por una declaraciõ impressa. La qual Dios sabe cõ quanto trabajo de cuerpo, y temor de espiritu la hago en tan poco y tã caloroso tiempo, por servir a su diuina magestad, y a tan grandes siervos suyos. Y no la hiziera, ni pudiera, aun en mucho y templado, si muchas de tantas

¹⁹ Cf. os textos evocados pelas duas notas anteriores

²⁰ Navarro quis ser ponderado e objectivo, como diz no texto evocado pela nota 16 e se pode concluir do facto de haver conservado em seu poder o corpo da obra cerca de dois anos, como refere no *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, fl. 2.

y tan altas resoluciones, quantas ay en ella, no las tuvieramos comunicadas antes entrambos. Digo pues, christiano lector, q̃ como nada de lo en ella contenido parece repugnar a nuestra s[an]cta fe catholica: assi todo, sacadas algũas allegaciones mal impressas, lo tengo por verdadero: con tanto, que algo dello, en q̃ por ser breue, es escuro el author, se entienda conforme a su intencion, y algunos yerros de impresion se emienden, conforme a su original (...)²¹.

São noventa os «passos dubdosos» explicados por Navarro nesta «declaracion». Em vários casos, o esclarecimento reduz-se a mera correcção de citações mal impressas. Interessa, no entanto, sublinhar o volume e a inclusão deste contributo de Azpilcueta Navarro na primeira edição do *Manual*, pois irá repercutir-se no futuro da obra.

Em prol do valor da obra, devemos finalmente referir o bom acolhimento que ela obteve da parte do público, necessariamente selecto: em menos de dois anos esgotou-se a edição de dois mil exemplares²².

3. A questão do autor

A questão do autor do *Manual* é talvez o ponto mais obscuro dos que abordamos no presente trabalho.

Lemos no frontespício do *Manual* que este foi «composto por hũ religioso da ordem de sam Francisco da prouincia da piedade»²³. Diz-se, portanto, claramente que o autor foi um franciscano português da província religiosa da Piedade. Podemos completar a informação acrescentando que esta província foi «a primeira capucha de toda a Ordem e Regular Observância» de S. Francisco de Assis. Suas origens remontam à iniciativa do reformador Fr. João de Guadalupe, que, em 1500, fundou o convento de N. Senhora da Piedade, perto de Vila Viçosa. Outras fundações se seguiram, de modo que as várias fraternidades da reforma de Fr. João puderam constituir-se em Custódia em 1509 e finalmente em Província em 1517 por breve pontifício de 7 de Julho²⁴.

²¹ *Manual* português, 1.ª ed. Coimbra 1549, «declaracion de algunos passos dubdosos» por Navarro, fl. 3. A esta introdução seguem-se imediatamente os «passos dubdosos» em número de 90 (*ib.*, fl. 3-19).

²² Cf., adiante, o texto evocado pela nota 45.

²³ Cf. todo o frontespício em I, 1., do presente trabalho.

²⁴ Cf. FR. MANOEL DE MONFORTE, *Chronica da Província da Piedade...*, Lisboa 1751; FR. FRANCISCO DE SANTIAGO, *Chronica da Santa Província de N. Senhora da Soledade...*, I, Lisboa 1762, e II (ms.). Cf. também, F. FÉLIX LOPES, *Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal*, Madrid 1949, p. 33-41.

Qual o nome do autor do *Manual*? Dado o valor da obra, parece estranho que ela fosse divulgada sem menção nominal do autor. Navarro, que conheceu o autor, recebendo dele colaboração ao mesmo tempo que lhe prestava a sua²⁵, revela-nos o motivo do anonimato: «(...) El autor por su humildad no quiere nõbrarse»²⁶.

O êxito da obra não alterará o propósito do autor de calar o nome, dando a impressão de querer apagar-se à medida que subia a cotação da obra e aceitando que outros nomes fossem sobressaindo no itinerário por ela percorrido, com destaque para o de Navarro. Este dirá no prefácio da segunda edição do *Manual* a respeito do autor:

«(...) El Author dela obra, varon ã es pijssimo, y su gran coadjutor, que para mejor ayudarnos, y dar buen cabo a lo ã tanto costaua [revisão e preparação da segunda edição do *Manual*], ha suffrido de estar trabalhando noches, y dias en esta casa de asperos estudios, y tratos, ablandádo nos los con su sancta, y aspera vida: y todos los de su prouincia, ã es dela Piedad: Por su riquissima pobreza, altissima humildad, y charidad ardētissima, muy estimada: son tan deuotos, y continuos oradores de. V.A.[cardeal infante D. Henrique] y tan grandes admiradores de vuestas heroicas virtudes, ã en extremo huelgã dello»²⁷.

A «altissima humildad» celebrada por Navarro era, de facto, apanágio não somente do autor mas também de sua família religiosa: a província franciscana da Piedade²⁸. Na austeridade geral professada e na humildade individual de seus membros se filiava o costume, pouco simpático para os investigadores, de os religiosos da mencionada província franciscana, vulgarmente conhecidos por capuchos, exercerem o apostolado da palavra escrita sob anonimato pessoal, limitando-se a indicar o nome do instituto, medida que bastava e era outrossim necessária para garantir a responsabilidade eclesiástica e civil das publicações e o fim apostólico em vista. Somos informados na *Crónica da Província da Piedade*: «Somente de escritores de livros [a Província da Piedade] tem lançado poucos; porque, como nela não havia estudo de letras adquiridas, faltavam-lhe os meios para os ter; contudo, ainda assim, passam de doze [os autores], como se pode ver na *Bibliotheca Lusitana* [de Barbosa Machado]; *se bem que*

²⁵ Cf., adiante, textos evocados pelas notas 47 e 72.

²⁶ Cf., acima, texto sob a nota 16.

²⁷ *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, dedicatória ao cardeal infante D. Henrique por Navarro, fl. 1v.

²⁸ Cf., acima, os dados sobre esta Província franciscana evocados sob a nota 24.

os mais destes, por sua humildade, calaram seus nomes, quando deram à estampa»²⁹.

Entretanto, é muito natural que o nome do autor fosse conhecido não só dentro como fora da equipa responsabilizada pelas edições do *Manual*. Terá mesmo sido transmitido à posteridade em fontes escritas contemporâneas. Infelizmente, porém, as fontes bibliográficas dos séculos XVI e XVII são raras e parcas em informações criteriosas. Mais escassas são ainda as fontes, e sóbrias as informações, quando se trata de individualidades franciscanas dos ramos mais austeros. Das fontes bibliográficas que tivemos à mão, a primeira em que encontramos nominalmente identificado o autor do *Manual de confessores e penitentes* data da primeira metade do século XVIII: a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado³⁰. Sabemos, porém, que este conheceu fontes franciscanas anteriores, nas quais recolheu os dados bio-bibliográficos que transmite³¹.

Sobre a paternidade do *Manual*, informa Barbosa Machado que o autor é FR. RODRIGO DO PORTO, franciscano da Província da Piedade, natural, como o apelido sugere, da cidade do Porto. Viveu nos séculos XV-XVI, desconhecendo-se as datas precisas de seu nascimento e morte. Acrescenta Barbosa Machado que Fr. Rodrigo foi dos primeiros professos de sua Província e participou como secretário no capítulo custodial (nesta altura a fundação reformista de Fr. João de Guadalupe era ainda apenas Custódia) celebrado em Borba a 8 de Setembro de 1514. Versado em teologia moral, publicou, sob anonimato, «a primeira suma de moral que saiu em língua vulgar neste Reino, merecendo repetidos elogios do grande Doutor Martín Azpilcueta Navarro, oráculo da jurisprudência canónica»³².

Barbosa Machado atribui, pois, sem qualquer hesitação, na epígrafe «Fr. Rodrigo do Porto», a este religioso franciscano a autoria do *Manual*. No entanto, serão de referir algumas incongruências do autor da *Biblioteca Lusitana*.

²⁹ FR. MANOEL DE MONFORTE, *Chronica da Provincia da Piedade...*, Lisboa 1751, p. 135. Como se trata de reedição de obra publicada em 1696, o responsável pela reedição já pôde mencionar nela a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado. O sublinhado no texto é nosso.

³⁰ Cf. a citação completa desta obra sob a nota 12.

³¹ Menciona designadamente: FR. LUÍS DE ROBOLEDO, *Chronica de S. Francisco*; JOÃO SOARES DE BRITO, *Theatrum Lusitaniae Litteratum, sive Bibliotheca scriptorum omnium Lusitanorum*; e FR. JOÃO DE SANTO ANTÓNIO, em *Bibliotheca Franciscana*, 3 tomos (Cf. D. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana...*, I, p. 209, e III, p. 438). Sobre bibliografia franciscana, cf. F. FÉLIX LOPES, o. cit. na nota 24.

³² D. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, III, p. 642.

Na bio-bibliografia de Fr. António de Azurara, colaborador de Fr. Rodrigo e de Navarro na preparação da segunda edição do *Manual*³³, escreve incidentalmente que o *Manual* foi «composto (como querem muitos) por Fr. Rodrigo do Porto»³⁴. O parêntesis revela uma dúvida ou hesitação que de maneira nenhuma esteve presente quando, sob a letra R, apresentou Fr. Rodrigo do Porto. Teria, nesta altura, mercê de consulta das fontes *ad casum*, dissipado qualquer dúvida sobre o verdadeiro autor do *Manual*? É provável que sim. Porém, foi pena que, ao escrever sobre Fr. Rodrigo, não citasse as fontes bibliográficas em que se apoiava, como fez para outros autores franciscanos³⁵.

Outra incongruência de Barbosa Machado a respeito do *Manual* consiste em não conciliar devidamente as edições desta obra com as edições da obra homónima de Navarro e, ainda, com as edições de compêndios ou sùmulas destes manuais, aparecidos mais tarde, como adiante referiremos³⁶.

Outro escritor, contemporâneo de Barbosa Machado e muito familiarizado com a Teologia, que menciona Fr. Rodrigo do Porto como autor do *Manual de confessores e penitentes*, é Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas. Também sem citar fontes e, por outro lado, sem mostrar dependência de Barbosa Machado, transmite como verdade incontroversa: «A primeira *Summa* formada, que tivemos desta Sciencia [teologia moral], foi composta por Fr. Rodrigo do Porto (...). Falo de *Summa* regular, composta por autor português (...)»³⁷.

A partir destes testemunhos, os bibliófilos posteriores são unânimes em atribuir a autoria do *Manual* a Fr. Rodrigo do Porto³⁸. O que também nós julgamos dever reter-se, a não ser que se produzam razões convincentes em contrário.

³³ Cf., adiante, os textos evocados pelas notas 94, 97 e 99.

³⁴ D. BARBOSA MACHADO, *o. cit.*, I, p. 209, sob a epígrafe «Fr. António de Azurara».

³⁵ De facto, gostaríamos de ver citadas para Fr. Rodrigo do Porto as mesmas (ou outras) fontes escritas citadas para outros autores franciscanos. Cf., acima, a nota 31.

³⁶ Cf. D. BARBOSA MACHADO, *o. cit.*, I, p. 209 (epígrafe «Fr. António de Azurara»), e III, p. 438 (epígrafe «Fr. Masseu de Elvas») e 642 (epígrafe «Fr. Rodrigo do Porto»). Cf. também, adiante, a história dos compêndios do *Manual* no texto evocado pelas notas 115-147.

³⁷ FR. MANUEL DO CENÁCULO VILLAS-BOAS, *Memórias históricas do ministério do púlpito...*, p. 142.

³⁸ Cf. INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, VII, p. 181; ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, n. 542. 845, 851, 857; e, em geral, as cotas da obra nas bibliotecas.

4. *Colaboração de Navarro na segunda edição do «Manual» de Fr. Rodrigo*

O bom acolhimento do *Manual de confesores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto está patente no facto de, em menos de dois anos, se haver esgotado a primeira edição de dois mil exemplares³⁹.

O êxito ficou a dever-se não só ao valor intrínseco da obra como também ao patrocínio moral e colaboração real de Martín de Azpilcueta Navarro.

Vimos que Navarro trabalhou eficazmente já na primeira edição da obra com a censura prévia do texto por comissão do inquisidor-mor, cardeal infante D. Henrique, e com a declaração de noventa «passos dubdosos», a pedido do autor e do superior maior deste, quando o texto estava composto mas não divulgado⁴⁰.

Por este contributo, sobretudo pela referida declaração, houve quem, mais tarde, julgasse que todo o corpo da obra se poderia considerar como da autoria de Navarro⁴¹.

Na segunda edição, a colaboração de Navarro é ainda mais intensa e avassaladora, como se pode concluir da dedicatória e do prefácio, ambos da autoria de Navarro e naquela incluídos como peças preliminares⁴².

Na dedicatória ao cardeal infante D. Henrique, é de realçar a calorosa homenagem que Navarro presta mais uma vez ao autor franciscano da suma e, também, pela primeira vez, a um confrade dele, da mesma província religiosa da Piedade, embora silenciando o nome de ambos⁴³.

Azpilcueta Navarro de tal modo comprometeu sua autoridade e colaboração nesta segunda edição do *Manual* de Fr. Rodrigo que se considera co-autor dela, chegando mesmo a afirmar que a própria suma, tal como saiu nesta segunda edição, constitui a melhor oferta pessoal que poderia fazer ao cardeal infante D. Henrique:

«(...) Oso dedicar à.V.A. el fruto de los trabajos puestos por mi parte, en la reformaciõ deste Manual de cõfessores. (...) Las muy crescidas honrras y mercedes, q̃ en presençia y ausençia ha hecho. V. grãde A. à esta mi baxa poquedad, me obligauã à offrescerle ya algun

³⁹ *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, prefácio de Navarro, fl. 3: «(...) En menos de dos años se gastarõ dos mil que se imprimieron (...).»

⁴⁰ Cf., acima, texto evocado sob a nota 21.

⁴¹ Cf., adiante, o texto evocado sob a nota 57.

⁴² *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, dedicatória e prefácio de Navarro, respectivamente fl. 1v-2 e 2v-4.

⁴³ Cf., adiante, a narração evocada pelas notas 94-103.

manejo de flores, cogido en el vergel deste nuestro musço. Y fue me grã dicha offrescerse este, que aun q̃ para tan alto Principe sea pequeño: pero es el mayor, mas vario, y mas odorifero, que yo nunca pensè coger (...)»⁴⁴.

Depois de mencionar as duas revisões do texto para a primeira edição do *Manual*⁴⁵, e a terceira revisão, «tan larga y tan trabajosa», que acabara de fazer para a segunda edição, Navarro informa que a valorização da obra nesta edição consistiu fundamentalmente num enriquecimento doutrinal como, aliás, lhe fora recomendado pelo cardeal infante:

«(...) Se ha tenido especial cuydado, de lo que.V.A. prudentissima me mando, que no le faltassen los principios vniuersales de las decisiones particulares, para que el conocimiento delas causas, y rayzes, confirmasse, y açucarasse el de sus effectos, y ramos particulares, y utiles»⁴⁶.

No prefácio-apresentação da segunda edição do *Manual*, Navarro faz-nos outras interessantes revelações quanto ao método de trabalho adoptado na revisão.

Assim, a revisão constituiu um verdadeiro trabalho em equipa (equipa formada pelo autor, por outro religioso franciscano e por Navarro), sendo, portanto, o fruto conseguido uma modelar obra de colaboração:

«(...) Como lo [=o *Manual*] comence a reueer tercera vez, haura ya quasi dos años, a ruego de los mismos [=autor e outros], para effecto de se imprimir otra vez: nos parescio, q̃ se podia muy mucho mejorar, para mejor merescer el dicho testimonio en el estilo, allegaciones, sentencias, y resoluciones, si muchas cosas embueltas y obscuras se desemboluiessen, y declarassen, y muchas se quitassen, mudassen, y añadissen: con tanto estudio, cuydado, y tiêto, quãto tã infinita, y varia difficultad, subtilidad, y utilidad requeriã. Y cõmunicado esto cõ sus paternidades, y cõsyderado, q̃ por algunos respectos no conuenia, q̃ esto se hiziesse en su solo nõbre, ni en el solo mio, ni que se distinguiesse lo del uno

⁴⁴ *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, dedicatória ao cardeal infante D. Henrique por Navarro, fl. 1v-2.

⁴⁵ *Ib.*, fl. 3: «(...) Os damos gracias immortales por auer nos dado tãto credito, que en menos de dos años se gastarõ dos mil, que se imprimieron, y que el testimonio, q̃ entonces dimos, era conforme a lo que concebieramos por la primera vista, que le dimos, para dezir si repugnaua con la fee catholica, por mandado de la sancta Inquisiciõ. Y aun cõforme a lo que concebimos por la segunda, que despues de estar impresso, con mas attencion, y diligencia le dimos, a ruego del mesmo Author, y su buen coadjutor, y algunos otros, para dezir si nos parecia bien todo lo en el contenido: aun que enesta deseamos cient declaraciones, q̃ al pie de nuestro testimonio se imprimieron juntas». Cf. o relato da terceira revisão no texto evocado pela nota 47.

⁴⁶ *Ib.*, fl. 2.

delo del otro. Acordamos, q̃ por la charidad Christiana, que principalmente busca la gloria de Jesu Christo, el me comunicasse los trabajos, q̃ puso en cõponerlo: y yo a el los q̃ pornia (*sic*) por mi parte en reformarlo, y quedasse comun de ambos y hablassemos en el juntos, sin dezir esto puso el uno, y aquello añadio, quito, o mudo el otro, conformandonos en todo, y q̃dando vnanimos, como es vno el espiritu, q̃ hemos desseado»⁴⁷.

Neste texto se contém uma informação que convirá repetir em linguagem actualizada, pois regista um passo decisivo na história do *Manual* português, cuja autoria deixa de pertencer, doravante, a Fr. Rodrigo do Porto para ser de Fr. Rodrigo do Porto—Azpilcueta Navarro: *Considerando, por algumas razões, não convir que a revisão do «Manual» se fizesse só em nome do autor ou só em nome de Navarro e que nela se autonomizasse o que era de um e o que era do outro, concordaram ambos nesta solução: Fr. Rodrigo comunicava a Navarro os seus trabalhos de autor ou compositor e Navarro comunicava a Fr. Rodrigo os trabalhos de reformador, de modo que a obra ficasse comum de ambos, sem possibilidade de qualquer deles reivindicar direitos exclusivos sobre qualquer parte. Donde, por outras palavras, «autor» e «reformador» converteram-se em co-autores do Manual*⁴⁸.

Foram tão importantes as alterações introduzidas na segunda edição (mais quantitativas que qualitativas, deve dizer-se) que Fr. Rodrigo e Navarro desejam que da primeira só se retenha a doutrina e as soluções que estiverem de acordo com o novo texto ampliado e aperfeiçoado:

«(...) El Author, y yo ambos os rogamos q̃ solo aq̃llo delo primero [*Manual*, isto é, 1.^a ed. do *Manual*] q̃ concertare cõ lo desto segũdo, tengays por bueno, y por no tal, todo lo q̃ a ello fuere cõtrario, some-tiendonos en todo, y por todo ala correctiõ dela Sãcta madre Iglesia, y de qualquier otro, q̃ mejor siẽta, tãto, que muy ahincadamẽte os rogamos, y supplicamos a todos, y en especial a los q̃ algun dia fuistes nuestros discipulos, aun q̃ agora en dignidad seays señores, y en doctrina maestros, q̃ nos hagays merced en auisarnos (lo mas ãtes q̃ pudieredes) d'lo q̃ os paresciere, q̃ se deue declarar, emẽdar, mudar, o añadir: Porq̃ se hara de muy buena gana, aun nõbrãdo al auisador, quãdo el auiso fuere tal, q̃ nos parezca honrra suya hazello»⁴⁹.

Consciente das implicações de sua co-autoria e certamente de acordo com Fr. Rodrigo, Navarro faz transcrever, em apêndice,

⁴⁷ *Ib.*, fl. 3.

⁴⁸ Cf. o texto evocado pela nota anterior. Desde já podemos supor as consequências deste acordo, mas elas serão profusamente descritas no capítulo II do presente trabalho.

⁴⁹ *Manual* português, 2.^a ed. Coimbra 1552, prefácio de Navarro, fl. 4.

nesta edição do *Manual* português, o texto integral do breve de Paulo III, já mencionado e de algum modo aplicado na primeira edição⁵⁰, reservando os direitos sobre a obra por espaço de sete anos⁵¹.

Apesar da colaboração de Navarro a nível de co-autoria, o autor nato do *Manual* nunca foi votado ao esquecimento, na altura da edição, como mais tarde veio a acontecer⁵². Distinguia-se claramente entre autor (embora sem se nomear) e reformador ou revisor (Navarro). Assim, por exemplo, e com especial significado, na censura⁵³ do dominicano espanhol Fray Martín de Ledesma, professor de Teologia na Universidade de Coimbra⁵⁴, e, mais expli-

⁵⁰ Cf. *ib.*, 1.ª ed. Coimbra 1549, fl. 18.

⁵¹ *Ib.*, 2.ª ed. Coimbra 1552, fl. 18v-19 complementares. Interessantes os termos em que se concede o privilégio pontifício: «DILECTO FILIO MARTINO DE AZPILCUETA DECRETORUM Doctori Primariam Cathedralium iuris Canonici, in vniuersitate studij Conimbricen. Actu regenti./PAULUS PP. III./Dilecte fili, salut. & Apostolicā bene. Cū, sicut nobis exponi fecisti: tu, vt aliis, iuxta traditū tibi a Deo talētū, prodesse posses, nōnullas lecturas super voluminibus Decreti, et Decretaliū, nō sine maximis laboribus, & vigiliis ad laudē diuini nominis, cuius ope literariae rei, & Christianae reipublicae cōsuluisse, & profecisse credis, scribēdo cōposueris, & copilaaueris, easq; de proximo tuis propriis expēsis in lucē aedere, & imprimi facere intēdas: pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum, ut tibi, quod lecturae h[uius]modi, absq; tuo cōsensu imprimi nō possint, vt tu tuarū vigiliarū effectū laeteris: cōcedere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos volētes te specialis gratiae favore prosequi, h[uius]modi supplicationibus inclinati, tibi quod ad septenium a die, quo tu lecturas praedictas imprimi feceris cōputandū: nullus alius per vniuersum orbem christianū cōstitutus, lecturas ipsas, vel earū aliquā partē imprimere aut imprimi facere, vel impressas in sua domo, aut alibi habere, et tenere, nec illas vēdere, seu mutuo, aut ex dono, vel alias donare possit: Auctoritate Ap[osto]lica tenore praesentiu de speciali gratia indulgemus: districtius inhibētes in virtute sanctae obediētia, & sub excō[mun]icationis poena eo ipso, si contra factū fuerit incurrēda omnibus et singulis cuiuscunq; status, gradus, ordinis, & cōditionis existētibus, & quavis etiā Ap[osto]lica auctoritate aut facultate fungētibus per vniuersū orbē cōstitutis: nē lecturas h[uius]modi, vel earū aliquā partē, absq; tuo expresso cōsensu, & licētia septēnio praedicto dūtātāt durante imprimere, seu imprimi facere, aut vēdere, seu donare praesumāt. Nō obstātibus.... Datis Romae apud Sanctū Petrū, sub annulo Piscatoris die. 8 Ianuarij. 1543. Pōtificatus nostri anno nono».

⁵² Cf., adiante, texto evocado pela nota 78.

⁵³ *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, fl. 19v complementar. O texto da censura é claro e concludente: «FRATER MARTINUS LEDESMIUS DOCTOR THEOLOGUS, LECTORI SALUTEM./Perlegi, ut potui accuratissime summam hanc Confessionum: quam meae trutiniae probandam atque expendendam commisit Excellentissimus atque humanissimus princeps Cardinalis, & haereticae prauitatis in tota Lusitanorum ditone supremus Inquisitor et censor: et pro reverendissimo Episcopo Conimbricensi cōmisit eandem provinciam mihi ipsi admodum reverendus Conimbricensis dioecesis vicarius: prius quidē excussam, & lidio (ut fertur) lapide probatam: Nunc vero secunda cura cognitam: & multis haud contemnendis auctam: in qua tam pie & apte (vt mea fert opinio) tradūtur omnia, vt prorsus in his quae trantantur materiis, nihil addi, aut demi citra flagitium quaeat: ea est sanctimonia, eruditio, ac faecunda breuitas authoris, quare non est profecto, cur non precemur bene authori et recognitori Martino ab Azpilcueta Nauarro doctori doctissimo cuius studium ad hūc modum semper fuit de república Christiana, quam optime mereri. Vale Conimbricæ, die 11 Decembris anni. 1552».

⁵⁴ Martín de Ledesma, dominicano, é natural de Ledesma (Salamanca). Ensinou em Coimbra, a convite de D. João III, desde 1540 até ser jubilado em 1562. Faleceu em Coimbra em 1574.

citamente ainda, no frontespício da edição, o qual, por muito elucido, reproduzimos:

MANUAL DE CON- / fessores & penitentes, que clara & / breue-
mente contê a vniuersal & particular de / cisão, de quasi todas as duuidas,
q̃ nas cõfissões / soẽ occurrer dos peccados, absoluições, restitui / ções,
cẽsuras & irregularidades: Cõposto an- / tes por hũ religioso da ordem
de S. Francisco / da prouincia da piedade: E visto & em algũs / passos
declarado polo muy famoso Doutor / Martim de Azpilcueta Navarro,
cathredati- / co (sic) iubilado da Prima em Canones na vniuer / sidade
de Coimbra. E despois cõ summo cui- / dado, diligẽcia & estudo, tã
reformado & acre / cẽtado polo mesmo Author & o dito Doutor / em
materias, sentenças, allegações & estilo, q̃ / pode parecer outro, com
Reportorio copioso / no cabo. / Anno de M.D.LII. / Vendense em
Coimbra a cento & sessenta reaes, em papel. / Com Priuilegio ⁵⁵.

Vemos, pois, que os papeis de Fr. Rodrigo do Porto e de Martín de Azpilcueta Navarro se encontram perfeitamente deslindados na unidade da equipa elaboradora da segunda edição do *Manual* português, saída em Coimbra no ano de 1552. Porém, a menção do autor originário (Fr. Rodrigo), feita sob anonimato e, por outro lado, em íntima relação com o revisor ou reformador (Navarro), sempre ostensivamente nomeado, tenderia a diluir-se em proveito deste, como de facto veio a acontecer.

II. Do «Manual» português ao «Manual» de Navarro

Podemos dizer que o *Manual de confessores e penitentes* como obra prevalente ou ao menos paritária de Fr. Rodrigo do Porto se ficou na segunda edição. Iria, porém, continuar presente nas muitas e plurilingues edições da obra homónima de Martín de Azpilcueta Navarro.

⁵⁵ Obra em 8.º, [fls. 8], 954 págs., [fls. 38]. Dedicatória de Navarro: «Al muy alto, y muy / excelente señor, el Cardenal Infante don / Henrrique, el doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, perseuerancia en sus heroicas virtudes, y corona / muy sublime dellas». Apresentação também de Navarro: «Al pio Lector, el doctor Martin / de Azpilcueta Nauarro. Salud». Introdução (semelhante à da 1.ª edição). Corpo da obra (p. 1-954). Índice das matérias por ordem alfabética. Erratas principais. Breve de Paulo III reproduzido na nota 51. Parecer de Fr. Martinho de Ledesma transcrito na nota 53. Remate: «In inclita Conim-/brica Ioannes Barre-/ rius, et Ioannes Alvarez / Regii Typographi excudebāt, anno a Chris-/ to nato. M.D.LII. die Diuae Luciae Sacro». — Há muitos exemplares desta edição nas nossas bibliotecas.

1. *Elaboração do «Manual de confesores y penitentes» de Navarro*

Sabemos que a colaboração de Navarro no *Manual de confesores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto foi em crescendo constante, desde a censura oficial e a declaração particular de alguns pontos obscuros na primeira edição até à revisão e acrescentamento da segunda edição⁵⁶.

Por esta colaboração nas duas edições da suma de Fr. Rodrigo, Navarro considerou-se sempre corresponsável pela obra, e, a partir da segunda edição, verdadeiro co-autor da mesma. Por outro lado, devido a esta colaboração e ao anonimato em que se quis manter o autor português, havia quem atribuisse a Navarro a responsabilidade de toda a obra a nível de autor. Com efeito, Azpilcueta Navarro dirá mais tarde que, pelo facto de haver redigido a «declaracion de algunos passos dubdosos» na primeira edição do *Manual* de Fr. Rodrigo, ficara «obligado a dar cuenta del, segun el sacro concilio Tridentino». Acrescenta: «Y aun lo, que mas pesado nos fue, por los mas se tomo por obra nu[est]ra, lo que oy dia [em 1556] algunos piēsan»⁵⁷.

Aliás, já antes, quando preparava a segunda edição do *Manual* português, latejava-lhe no espírito ambicioso plano de superar as barreiras da co-autoria para produzir obras que pudessem ser lidas não só em Portugal e Espanha mas também além-Pirineus, entre as quais se veio a contar um seu (exclusivamente seu) *Manual*, editado primeiro em espanhol e depois em latim. Diz, com efeito:

«(...) Si el amor de obra tã pia [colaborar na 2.ª edição do *Manual* português] no me añublara la vista, para veer la grãdeza, variedad, y dificultad della, nũca lo empiēdiera. Porq̃ viera no ser ello negocio de tres o quatro meses, de moderado estudio, como nos parecia [a ele e ao autor], sino de muchos años, y de trabajo muy cōtinuo y vehemēte, como lo hemos experimētado. Y porq̃ nos pareciera, q̃ nuestros flacos hōbros no podriã suffrir tã pesada carga: quãto es la de no solamente referir, los pareceres ajenos en infinitas, difficiles, y altas materias de casos quotidianos delas tres soberanas facultades, Theologia, Canones, y Leyes, de tanto peso, q̃nto es dezir, si es o no peccado, M. [mortal], si ay cēsuras, o irregularidad, o necessidad de restituyr: Pero aun affir-

⁵⁶ Cf., acima, texto evocado pelas notas 40-48.

⁵⁷ MARTÍN DE AZPILCUETA NAVARRO, *Manual de confesores y penitentes...*, ed. Salamanca 1556-57, fl. 6v. — Daqui em diante, citaremos as diversas edições desta obra apondo ao apelido «Navarro» a primeira palavra do título «Manual» seguida do lugar e data da edição.

marlos, y breuissimamēte por la mejor razon, texto, glosa, o authoridad especial, y ciertamente allegada, fundarlos, y hallar, y probar nueuos, quādo los hallados no bastauan: como con la ayuda de Dios lo hemos hecho, o por mejor, hemos sido su instrumēto, a q̃ ha dado esfuerço, para suffrir muchas angustias de animo, y trassudores del cuerpo, causadas por las grandes dubdas, y ygual temor de errar en la determinaciō dellas: Y por veer q̃ no cōuenia a esta edad, y opiniō de letras, remitirla al simple cōfessor. Y aun porq̃ nos pareciera mas cōueniēte para la cōseruaciō y augmento de nuestra authoridad (la qual para mas servir a Dios, se deue procurar por las personas publicas) sacar en limpio, cō la mitad de trabajo, y estudio, lo q̃ sobre muchas partes del Decreto, y Decretales, años ha, tenemos en Latin (comū lengua dela mayor parte de Europa) escritos, y prometidos a nuestros oyētes, y a otros muchos: Y por falta de tiēpo para los perfectionar retenidos, q̃ cō doblado trabajo, y tiēpo ocuparnos en hazer esto en romāce Portugues y Castellano, q̃ no passa los mōtes Pyreneos. De mas, q̃ aq̃llo fuera, recrear nos cō poco menos merito, enlo bueno, q̃ resplādesciera: y esto ha sido matarnos, enlo q̃ aun no luze, ni muestra las fuerças del ingenio, ni el trabajo y cuydado del estudio, q̃ enello se ha puesto: Porq̃ la summa breuedad, q̃ req̃ria, no nos ha permitido mas de assomar algunas de muchas razones, y pōderaciones de textos, y soluciones de cōtrarios, q̃ para fundar, o defender lo q̃ nos parecia mejor, se nos offreciā»⁵⁸.

Quanto nos é possível apurar deste texto e de outros que, nos devidos lugares citaremos⁵⁹, Navarro, enquanto trabalhava na segunda edição do *Manual* português, preparava também a primeira edição espanhola de seu *Manual de confesores y penitentes*. Esta edição não deveria ir muito além da tradução do *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto — Azpilcueta Navarro⁶⁰ e saiu em Coimbra pouco depois,

⁵⁸ *Manual* português, 2.ª ed. Coimbra 1552, prefácio de Navarro, fl. 3v. E, prossegue, fl. 3v-4: «Ca en verdad algunas medias paginas ay en esta reformatiō, q se hā cōpuesto cō estudio bastāte para vna repetiō, y muy muchas cō bastāte para dos, tres, y quatro liciones de Prima buenas: aū q̃ por veer las en romāce, y tā breues, y claras, no os parecerā, q̃ llieuā sendas horas d'estudio: y aun os certificamos, q̃ no nos bastara esto, diez años ātes, ni aun agora, si Dios, para tā pio negocio, no proueyera, en q̃ nos hallassemos tā curtidos, con tā vehemētes, y cōtinuas liciones, repeticiones, disputaciones, y resoluciones dictadas, y escritas estos diez, o doze años en las materias delas dichas tres facultades, de dōde se auian de coger las sobredichas determinaciones: algunas delas quales nūca hasta agora osamos dar, siendo importunados por palabra, y cartas de muchos excellētes cōfessores destos y otros reynos».

⁵⁹ Cf. os textos evocados pelas notas 66 e 99.

⁶⁰ Vimo-nos forçados a fazer conjecturas sobre a exacta relação desta edição espanhola com o *Manual* português, porquanto, sendo publicação mencionada nos catálogos bibliográficos, não conseguimos ter à mão qualquer exemplar. O que, pelo visto, também sucedeu aos autores dos catálogos mais recentemente elaborados, pois não citam as bibliotecas onde se pode consultar a referida edição, ao contrário do que fazem para outras obras e edições. Cf. ANTONIO JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografía das obras impressas em Portugal no século XVI*, n. 296; e ANTONIO PALAU Y DULCET, *Manual del librero hispano-americano*, 2.ª ed., I, Barcelona 1949, p. 609.

em 1553. Atenda-se ao seu frontespício, pois nele se podem colher as semelhanças e diferenças em relação ao *Manual* português de 1552:

Manval de confessores, y penitentes, que clara y breuemẽte contiene la vniuersal, y particular decision de quasi todas las dubdas, que en las confesiones suelen occorrer de los peccados, absoluitiones, restitutiones, censuras, & irregularidades: Cõpuesto antes por vn religioso de la ordẽ de Sant Frãisco de la p[ro]uincia de la piedad, y despues visto y en algunos passos declarado por el antigo y muy famoso doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, cathedratico jubilado de prima e Canones ẽ la vniuersidad de Coimbra. Y agora con summo cuydado, diligencia y estudio tan reformado y acrescentado por el mesmo Doctor en materias, sentẽcias, alegaciones, y estilo, que puede parecer otro. Con reportorio copioso de todas las materias al cabo. Y con el de los capitulos al comienso. Con priuilegio apostolico para siete años. Vendense en Coimbra a medio ducado en papel. 1553 ⁶¹.

Importa salientar as diferenças deste *Manual*, anunciadas no frontespício, em relação à segunda edição portuguesa da suma de Fr. Rodrigo — Navarro.

Dizia-se no frontespício da edição portuguesa que o *Manual* tinha sido «compuesto antes por um religioso da Ordem de S. Francisco (...) e visto e em alguns passos declarado pelo mui famoso Doutor Martín de Azpilcueta Navarro (...) e depois (...) tão reformado e acrescentado que pode parecer outro» ⁶². Na primeira edição espanhola que consideramos equivalente ao *Manual* de Navarro, escalonam-se as fases de elaboração desta maneira: «Compuesto antes por um religioso de la Orden de S. Francisco (...) y despues visto y en algunos passos declarado por el *antigo* y muy famoso Doctor Martín de Azpilcueta Navarro (...) y *ahora* (...) tan reformado y acrescentado *por el mismo Doctor* (...)» ⁶³.

No frontespício da edição portuguesa acrescenta-se: «Com reportório copioso no cabo. Ano de 1552. Vende-se em Coimbra a cento e sessenta reais em papel. Com privilégio»; enquanto os dizeres equivalentes na edição espanhola soam: «Con reportorio copioso de todas las materias al cabo. Y con el de los capítulos al comienzo.

⁶¹ Obra em 4.º, [4 fls.], 564 págs. e mais [10 fls.]. Peças preliminares: Sumário dos capítulos (fl. 1v); dedicatória à princesa D. Joana de Áustria (fl. 2-2v); prefácio «al pio lector» (fl. 3-3v); censura de Fr. Martinho de Ledesma (fl. 4); prólogo (fl. 4v). Segue-se o corpo da obra (págs. 1-564). Peças complementares: Índice das matérias por ordem alfabética (fl. 1-10); erratas (fl. 10v).

⁶² Cf., acima, texto evocado pela nota 55.

⁶³ O sublinhado é nosso, tanto aqui como no parágrafo seguinte do texto, com o fim de salientar as diferenças.

Con privilegio apostólico *para siete anos*. Vendense en Coimbra a medio ducado en papel. 1553».

De mencionar, ainda, as seguintes diferenças: a edição portuguesa era in 8.º, com 954 págs.; esta, in 4.º, com 564 págs. Na edição portuguesa, as peças preliminares tinham esta sequência: dedicatória ao cardeal infante D. Henrique, prefácio-apresentação, introdução; na edição espanhola, a ordem é: sumário dos capítulos da obra, dedicatória à princesa D. Joana⁶⁴, prefácio-apresentação, censura de Fray Martín de Ledesma, introdução. Na edição portuguesa, as peças complementares são: índice analítico, erratas, breve de Paulo III a conceder a Navarro direitos exclusivos por sete anos sobre as suas publicações, parecer de Fr. Martinho de Ledesma; na edição espanhola, temos apenas o índice analítico e as erratas.

Sensível, portanto, a originalidade metodológica do *Manual* de Navarro, a que deveria corresponder também alguma novidade de conteúdo⁶⁵.

2. *Emancipação e prestígio do «Manual» de Navarro*

Elaborado sobre o de Fr. Rodrigo do Porto, o *Manual* de Navarro passou a ter cada vez mais autonomia até à emancipação completa.

Não satisfeito com a edição espanhola de 1553, que julgaria servilmente decalcada sobre a segunda portuguesa, Navarro foi recolhendo novos elementos e reelaborando o texto em vista de nova edição, que desejava mais erudita e documentada e, conseqüentemente, mais de acordo com seus talentos pessoais, competência científica e maturidade etária, de modo a poder apresentá-la e divulgá-la publicamente como obra exclusivamente sua.

Este projecto é assim relatado:

«(...) Viendo despues, que ni su methodo [refere-se à 2.ª edição do *Manual* português e à sua 1.ª em espanhol], arte, orden, ni substancia respõdian a estas canas y edad, ni a la opinion de letras, resolucion y claridad, de que Dios sin se la merecer nos ha hecho merced, hezimos este [*Manual*] grande, siguiẽdo solamente la orden y manera de los capitulos de aquel [*Manual* de Fr. Rodrigo], en lo qual solo se parece con el, como por la vista de entrambos euidentemente lo mostramos

⁶⁴ D. Joana, princesa de Áustria, era filha de Carlos V. Casou com o príncipe D. João, filho de D. João III, e foi mãe do rei D. Sebastião.

⁶⁵ Cf., acima, nota 60.

ante el consello Real de su Magestad, que en contradictorio juyzio de vista y reuista sentencio contra los, que lo han imprimido, contrueniendo al priuilegio real que por auerlo compuesto se me dio»⁶⁶.

Tendo escrito estas palavras em 1556, Navarro dá a entender que, à volta desta data, teriam saído edições do *Manual* sem sua autorização⁶⁷. Por outro lado, o privilégio real a que se refere era dos reis de Portugal, Castela e Aragão. Em todos os casos por dez anos nas edições espanholas⁶⁸.

O prestígio do *Manual* de Navarro está patenteado nas muitas edições largamente difundidas tanto nas línguas vulgares como na latina. Vamos mencionar todas as conhecidas e reproduzir o frontespício das mais significativas.

Edições em língua espanhola

São conhecidas doze edições em espanhol, duas das quais com variante de data no frontespício. Já referimos a primeira: Coimbra 1553. As outras são: Toledo 1554, Medina del Campo 1554, Zaragoza 1555, Anvers 1555, Salamanca 1556-1557, Anvers 1557, Estella 1565, Valladolid 1565-1566, Barcelona 1567, Anvers 1568 e Valladolid 1570⁶⁹.

Por implicar especial empenhamento de Navarro⁷⁰, revelar notórios aperfeiçoamentos em relação às edições anteriores e haver servido para tradução de uma edição portuguesa que adiante citaremos, reproduzimos o frontespício da edição de Salamanca 1556-1557:

MANVAL DE CON-/ FESSORES Y PENITENTES, / QVE
CLARA Y BREUEMENTE CON-/ TIENE, LA VNIUERSAL Y
PARTICV-/ LAR DECISION DE QVASI TODAS LAS DV-/ das,

⁶⁶ NAVARRO, *Manual*, ed. Salamanca 1556-57, fl. 6v. A dupla data que mencionamos significa que a mesma edição correu com frontespícios datados desses dois anos, sendo o exemplar por nós consultado do último ano (1557).

⁶⁷ Cf., adiante, as edições do *Manual* de Navarro evocadas pelas notas 69-86. As edições irregularmente publicadas seriam das que se seguiram à de Coimbra 1553 até à presente de Salamanca 1556-57.

⁶⁸ Cf. NAVARRO, *Manual*, ed. Salamanca 1556-57, fl. 2v-3 (privilégio de Castela), fl. 3 (privilégio de Aragão) e fl. 4 (privilégio de Portugal). Curioso notar que, enquanto o privilégio de Castela fala de elaboração ou composição do *Manual* no sentido (ao menos contextual) de verdadeira autoria, o de Portugal chama ao trabalho de Navarro «reformaço» e «transformaço».

⁶⁹ Cf. A. PALAU Y DULCET, *Manual del librero hispano-americano...*, I, Barcelona 1948, p. 609-610. As datas desdobradas significam que a mesma edição correu com frontespícios desses dois anos.

⁷⁰ As edições em que Navarro empenhou seriamente esforço e responsabilidade foram três: a de Coimbra 1553 (abrangendo também a portuguesa de Coimbra 1552), a presente de Salamanca 1556-57 e outra, latina, de Roma 1573, como referiremos adiante. Cf. texto evocado pela nota 88.

que en las confessiones suelen ocurrir de los pecados, absoluciones, restituciones, censuras, / & irregularidades. / *Compuesto por el Doctor Martin de Azpilcueta Navarro Cathedratico / Iubilado de Prima en Canones, por la orden de vn pequeño, que / en Portugues hizo vn padre pio de la pijissima / Prouincia de la piedad.* / Acrescentado agora por el mismo Doctor con / las Decisiones de muchas dudas, que despues de la / otra edicion le han embiado. / *Las unas de las quales van insertas so esta señal** las otras en cinco Co- / mentarios de Vsuras, Cambios, Symonia mental, Defension del proximo, / De hurto notable, & irregularidad. / Con su Repertorio copiosissimo. / Con privilegio Apostolico, Real / de Castilla, Aragon, y Portugal. / Impresso en Salamanca, en casa de Andrea de / / Portonarijs, Impressor de su Magestad. / M.D.LVII. / Esta tassado en cinco blancas el pliego.

É uma obra in 4.º, 8 fls. e 799 págs., mais 169 págs. dos cinco «comentários» e, ainda, 32 fls. de índice analítico de todo o volume⁷¹.

Chamamos a atenção para algumas alterações em relação às edições anteriores (portuguesas e espanholas): Aumento notável de volume não só no conjunto do texto propriamente dito do *Manual* como no longo apêndice consagrado a problemas candentes do tempo: usura, câmbio, simonia, defesa contra injustas agressões, furto e irregularidades.

A composição, equivalente a autoria, é atribuída exclusivamente a Navarro, embora com menção expressa da ordem seguida no *Manual* português e de seu autor franciscano. Interessante ainda frisar que, em relação ao seu, Navarro classifica o de Fr. Rodrigo de «pequeno». Entretanto, mantem-no ligado a este não só quanto à ordem dos capítulos mas também pelo facto de a equipa revisora da segunda edição do *Manual* português ter sido a mesma que preparou as primeiras edições do *Manual* espanhol, incluindo a presente⁷². É em virtude desta íntima relação que Navarro se vê forçado a usar terminologia ambígua na apresentação do *Manual*: por uma parte,

⁷¹ É esta a sequência de suas partes: Índice sistemático (fl. 1v); autorização do príncipe de Castela para a impressão (fl. 2); privilégios de Castela, Aragão e Portugal (fl. 2v-4); censura de Fr. Martinho de Ledesma (fl. 4v); censura de Pedro Llanes (fl. 5); dedicatória à princesa D. Joana de Áustria (fl. 5v-6); prefácio «al pio lector» (fl. 6v-8); aviso aos penitentes (fl. 8); introdução (fl. 8v); corpo da obra (p. 1-797). Depois, segue-se com frontespício e paginação próprios: «COMENTARIO / resolutorio de usuras, sobre el cap. / primero de la question. iij. de la. xiiij. causa, / compuesto por el Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro. / (...) / Salamanca (...) 1557». (169 págs. Sob este frontespício encontramos o texto não só deste comentário mas também das outras questões enunciadas no frontespício do *Manual*). Finalmente, vem o índice alfabético de toda a obra (32 fls.). A secção dos comentários é dedicada a D. Carlos, príncipe de Castela.

⁷² A equipa era constituída por Navarro, Fr. Rodrigo do Porto e Fr. António de Azurara. Cf. o texto evocado pelas notas 94-99.

considera-o «compuesto» por si; mas, por outra, descreve-o como sendo apenas «reformación y transformación (...) en romance castellano» do de Fr. Rodrigo ⁷³.

Como insinuámos, Navarro preparou a edição de Salamanca, corrigida e aumentada, em colaboração com portugueses, embora depois de abandonar a cátedra de Coimbra (1555) para se dirigir, primeiro, a Espanha e, depois, a Itália (1567) ⁷⁴. Talvez estas circunstâncias e, ainda, o facto de Navarro ser muito lido e admirado em Portugal ⁷⁵, ajudem a compreender por que, juntamente com esta nova edição espanhola, se preparou também uma portuguesa ⁷⁶ e em ambas se faz grata referência à origem portuguesa do *Manual* espanhol e se presta calorosa homenagem aos colaboradores portugueses, sobretudo a Fr. Rodrigo do Porto e a Fr. António de Azurara ⁷⁷, ao contrário do que virá a suceder nas edições posteriores. Com efeito, a partir da edição de Anvers 1557, a referência ao *Manual* de Fr. Rodrigo é omitida no frontespício. Nesta edição, a autoria do *Manual* é assim laconicamente descrita: «Compuesto por el Doctor Martin de Azpilcueta Navarro, Cathedratico Iubilado de Prima en Canones». A omissão da referência à origem portuguesa da obra é tanto mais contrastante quanto podemos verificar que os restantes elementos descritivos do frontespício e as demais peças preliminares da obra são iguais aos da edição salmantina ⁷⁸.

⁷³ Assim, por ex., NAVARRO, *Manual*, ed. Salamanca 1556-57, fl. 5v, na dedicatória à princesa D. Joana.

⁷⁴ Cf., sob a nota 9, os dados biográficos de Navarro.

⁷⁵ Deviam ser numerosos os amigos, leitores e consultores de Navarro em Portugal, como se infere dos textos e edições de suas obras. O mesmo se concluirá de sua correspondência. Abundam os exemplares das principais edições de suas obras nas bibliotecas portuguesas.

⁷⁶ Cf. NAVARRO, *Manual*, ed. de Salamanca 1556-57, fl. 7. Falando mais uma vez (cf., acima, texto evocado pela nota 58) do seu projecto de publicar obras em latim, diz que isso lhe seria mais agradável do que «con doblado trabajo y tiempo ocuparnos en hacer esto en romance Castellano, y despues en *hacerlo traduzir en Portugues*, que son lenguajes, que no pasan a los montes Pyrineos». O sublinhado é nosso. Da tradução que realmente se fez, trataremos adiante.

⁷⁷ Além das referências de Navarro a estes dois colaboradores portugueses que reproduziremos adiante (cf. textos evocados pelas notas 97 e 99), serão de registar as palavras amistosas que lhes dirige nesta edição. A Fr. Rodrigo do Porto, autor do *Manual* português não expressamente nomeado, trata por «padre muy reuerendo y señor y amigo nuestro Francisco [franciscano, quererá dizer] de la religiosissima prouincia de la piedad» (NAVARRO, *Manual*, ed. de Salamanca 1556-57, fl. 6). Do confrade de Fr. Rodrigo diz: «(...) El muy reuerêdo señor, y padre fray Antonio de Zurara, aquíe yo mucho deuo y quiero por sus muy grâdes virtudes, saber, prudêcia, y otros muchos respectos (...)» (*id. ib.*, p. 37).

⁷⁸ Cf. o frontespício da edição salmantina no nosso texto evocado pela nota 71. A edição de Anvers, «en casa de Iuan Steelsio, M.D.LVII», consta de 5 fls., 864 págs, mais 192 págs. dos «comentários» anexos e, finalmente, 38 fls. de índice de todo o volume.

Edição portuguesa

Apesar de existir em Portugal uma segunda edição do *Manual* de Fr. Rodrigo bastante recente e completa⁷⁹ e de as edições espanholas do *Manual* de Navarro poderem ser lidas facilmente pelos portugueses cultos, em 1560 publicou-se uma edição portuguesa da referida obra. Não se trata de edição originalmente nova, mas apenas de tradução da edição de Salamanca de 1556-1557, ligeiramente alterada na ordem e no conteúdo de algumas peças preliminares. Reproduzimos o frontespício:

MANVAL DE / Confessores & penitentes, / Que clara & breue-
mente contem a vniuersal / decisam de quasi todas as duuidas q̃ em /
as confissões soem occorrer dos pec-/ cados, absoluyções, restituyções, /
/ censuras, & irregularidades. / Composto por ho muito resoluto, & celebre
Doutor Martim de Azpilcueta Nauarro Cathedratico jubilado de Prima
em Canones, na Vniuersidade / de Coymbra. Pola ordem de hũ pequeno,
que fez hũ Padre / Portugues, da prouincia da piedade. / Acrescentado
agora por ho mesmo Doutor, cõ as determinações de / muytas duuidas, que
despoyos da outra reformaçam lhe forã mandadas. / Hũa das quaes vay sinalada
com este sinal de estrella*. As outras em cinco / Comentarios, de vsuras, cambios,
Symonia mental. / Defensam do proximo. De furto notauel, / & irregulari-
dade. / Com seu Reportorio copiosissimo. / COM PRIVILEGIO
APOSTOLICO / Real de Portugal, Castela, & Aragão. / Impresso
em Coimbra por Ioam de Barreyra. / Impressor da vniuersidade. /
M.D.LX. / Vendese a Cruzado, em papel⁸⁰.

⁷⁹ Ou seja, a edição de Coimbra 1552 do *Manual* português, já aferida pela doutrina e resoluções do Concílio de Trento no que se refere ao sacramento da reconciliação (a sessão conciliar sobre esta matéria tinha decorrido em 1551), embora susceptível de mais perfeita formulação e privada de outras orientações conciliares relativas ao matrimónio e a outros pontos de doutrina e disciplina tratados em sessões mais tardias.

⁸⁰ Obra em 8.º, [8 fls.], 750 págs. e [1 fl.], com as seguintes peças preliminares: Índice dos capítulos (fl. 1v); privilégios reais de Portugal, Castela e Aragão (fl. 2-4); aprovação de Fr. Martinho de Ledesma e de Fr. Pedro de Illanes (fl. 4v-5); dedicatória à princesa D. Joana (fl. 5v-6); prefácio «ao prudẽte Leytor» (fl. 6v-8); aviso aos leitores (fl. 8); prólogo (fl. 8v). Segue-se o corpo da obra (p. 1-750), que termina: «Foy impressa a presente obra em a muy nobre cida-/de de Coymbra, por Ioam/ de Barreyra, Impressor/del Rey. E acabou/ se aos vinte dias/ de Ianeyro. De. / M.D.LX». Segue-se, com frontespício e paginação especiais: «COMENTARIO/resolutorio de onzenas, sobre ho capitulo/ primeyro da questã. iij. da xiiij. causa, / cõposto por ho Doctor Martim / de Azpilcueta Nauarro. / Dirigido iuntamente cõ outros quatro sobre ho principio do cap. / final de vsuris. E ho capitulo final. De symonia. E ho / Capitulo Non in inferenda (sic). xxiiij. quaest. iij. E ho / cap. final. xiiij. quaest. final. / Ao muy alto & muy poderoso Senhor Dom Carlos, / Principe de Castela, & de outros muytos & / muyto grandes Reynos / Nosso Senhor. / Para mayor declaraçam do que tem tratado em seu / Manual de confessores. / Impresso em Coimbra, nos paços del Rey / por Ioam de Barreyra Impressor / da Vniuersidade. / 1560». — Compreende 168 págs. com o seguinte conteúdo: Privilégio apostólico de Paulo III e aprovação de Pedro de Illanes (p. 2-3); dedicatória ao príncipe D. Carlos (p. 4-6); corpo do tratado (p. 7-167). Na pág. 168: «(...) Impresso em Coimbra nos paços Del / Rey, por Ioam de Barreyra impressor da vniuersidade./ M.D.LX». — Segue-se, com frontespício próprio, em 36 fls.: «Reportorio geral & muy / Copioso do

Navarro fazia correr as edições espanholas de seu *Manual* com «privilegio» não só dos reis de Castela e Aragão mas também do rei de Portugal. Como dissemos, esse privilégio era, nas três concessões para Espanha, por 10 anos⁸¹. Porém, Navarro, talvez em vista desta edição portuguesa, conseguira, nas vésperas de se ausentar de Portugal, privilégio de D. João III para tempo ilimitado. De facto, um alvará régio, datado de 1554, confere a Navarro direitos perpétuos sobre todas as obras que «tem compostas, & composer»; e, em aditamento datado de Lisboa 4 de Setembro de 1554, faz-se aplicação explícita do privilégio real ao *Manual*:

«E ey por bem, que este aluaraa acima escripto, & ho priuilegio de que nelle faz mençam, se cumpra & guarde inteiramente no Manual de Confessores, que ho dito Doutor Martim de Azpilcueta reformou: & em qualquer outra obra que elle reformar. E mando que esta postilla se cumpra (...). / Rey»⁸².

Edições em lingua italiana

O *Manual de confesores y penitentes* de Navarro conheceu também algumas edições italianas, naturalmente traduções das espanholas. Há cinco referenciadas: Veneza 1569, Veneza 1578, Veneza 1584, Veneza (por outro editor) 1584, Veneza 1592⁸³.

Para o fim em vista, basta-nos transcrever o frontespício da primeira edição italiana:

Manuale de Confessori, et Penitenti... tradotto di Spagnuolo in Italiano dal R. P. Fra Colà di Guglinisi dell'Ordine di San Francesco de Paula. In Venetia. Appresso Gabriel Giolito di Ferrari. M.D.LXIII⁸⁴.

Manual de Confessores. E dos / cinco comẽtarios pera sua deccaraçam compostos. / ... / Impresso em Coymbra por Ioam de Barreyra / 1560». — Remata no fl. 36: «(...) A gloria & louvor do senhor Deos, & da sacra-/tissima virgẽ sancta Maria, & de todos os / seus Sanctos & Sanctas, se impressio a presente obra, chamada / Manual de Confessores por mandado do Doutissimo se-/nhor ho Doutor Nauarro, Acabouse aos / xxviij dias do mes de Feureyro. / M.D.LX».

⁸¹ Cf., acima, nota 68.

⁸² NAVARRO, *Manual*, ed. portuguesa de Coimbra 1560, fl. 2-2v.

⁸³ Cf. A. PALAU Y DULCET, *Manual del librero hispano-americano...*, I, Barcelona 1949,

p. 611.

⁸⁴ *Id.*, *ib.*, p. 611.

Edições latinas

Foi, sobretudo, pelas edições latinas que o *Manual* de Navarro se impôs não só além Pirineus mas ao mundo da teologia⁸⁵. São muito numerosas as edições. Eis as conhecidas: Salamanca 1557, Valladolid 1569, Veneza 1573; Anvers 1573, Roma 1573, Antuérpia 1573, Veneza 1574, Veneza 1574, Lyon 1574, Lyon 1575, Antuérpia 1575, Veneza 1579, Colónia 1579, Antuérpia 1581, Brescia 1583, Roma 1584, Antuérpia 1584, Roma 1584, Lyon 1584-1585, Valladolid 1587, Paris 1587, Lyon 1587, Valladolid 1588, Roma 1588, Veneza 1589, Lyon 1592, Veneza 1592, Veneza 1594, Veneza 1597, Veneza 1603, Veneza 1604, Paris 1607, Antuérpia 1608, Antuérpia 1609, Veneza 1610, Veneza 1616, Paris 1620, Veneza 1621 e Antuérpia 1625⁸⁶.

Até à edição de Veneza de 1573 inclusive, as várias edições podem considerar-se meras traduções do *Manual* espanhol com ligeiras variantes⁸⁷. Julgamos ser a edição de Roma do mesmo ano 1573 a primeira que Navarro, já octogenário, reviu pessoalmente dando-lhe foros de certa originalidade. Transcrevemos o frontespício:

ENCHIRIDION / SIVE / MANUALE / CONFESSARIORVM /
/ ET POENITENTIVM, / Complectens penè resolutionem omnium
dubiorum, quae in sacris con- / fessionibus occurrere solent, circa peccata,
absolutiones, restitutio- / nes, censuras & irregularitates: iampridem
sermone Hispano / compositum, & nunc latinitate donatum, recogni- /
/ tum, decem Praeludijs, & quàmplurimis alijs / locupletatum, & reformatum,
ab ipsomet / Autore / MARTINO ab AZPILCVETA /
DOCTORE NAVARRO. / AD S.D.N.GREGORIVM XIII. / Materiam
hoc volumine contentorum, versa docet pagina. / ROMAE,
M.D.LXXIII. / Cum licentia Superiorum⁸⁸.

⁸⁵ Tornar as suas obras acessíveis a público mais vasto, embora talvez mais especializado, pelo uso da língua latina, era antiga aspiração de Navarro. Cf., acima, textos evocados pelas notas 58 e 66.

⁸⁶ Cf. A. PALAU Y DULCET, *o. cit.*, p. 610-611.

⁸⁷ Frontespício da edição de Veneza 1573: «Martini Ab Azpilcueta Nauarri / MANUALE / CONFESSORIUM, poenitentiumque, quod dilucidè complectitur vniuersalem, / particularemque omnium ferè dubiorum decisionem, quae / contingere consueuerunt in Peccatis, Absolutionibus, Re- / stitutionibus, Censuris, & Irregularitatibus. / EX HISPANO IN LATINVM SERMONEM / versum, & Additionibus, Summarijsque in unoquoque capite / auctum, & copiosissimo Indice locupletatum, / A FRANCISCO DE SESSE I.C. / BIBLI- LENSE. CVM PRIVILEGIIS. / Venetiis, / Apud Franciscum Gasparem Bindonum, & fratres. / M.D.LXXIII». Obra em 4.º, 36 fls. e 311 págs.

⁸⁸ Obra em 4.º, [15 fls.], 539 págs. e mais [27 fls.] de índice das matérias. Algumas curiosidades das peças preliminares: Gregório XIII, em motu proprio (fl. 2v) confirma todos os privilégios concedidos pelos seus antecessores a Navarro. Este, por seu lado, dedica a Gregório XIII «Latinorum Regi, totiusque Christiani populi summo Patri» esta edição (fl. 3-3v) e compara-a com as edições anteriores (fl. 4-5).

Fundamentalmente, esta edição latina continua a ser, como se diz no frontespício, uma tradução do espanhol, mas feita, como também se afirma, pelo autor, e, além disso, por ele revista, enriquecida com «dez prelúdios» e outros muitos aditamentos. É uma edição refundida. A originalidade mais saliente será a integração dos dez «prelúdios» ou capítulos preliminares, pelos quais Navarro visaria aproximar o *Manual* das sumas teológicas de pendor mais especulativo que entretanto iam aparecendo⁸⁹.

Interessante a matéria desses «prelúdios» que se explana nas primeiras 38 páginas: essência da alma humana; potências da alma enquanto vegetativa e sensitiva; potências da alma enquanto racional; suprema felicidade e infelicidade do homem; paixões e hábitos da alma; actos e hábitos humanos; actos humanos enquanto bons ou meritórios e maus ou pecaminosos; pecado original e pecado actual; pecado actual e suas distinções; penitência e suas partes⁹⁰.

Em edições latinas póstumas (Navarro faleceu em 1586), a partir da de Veneza 1603, foram introduzidos os comentários sobre a usura, o câmbio, a simonia, o furto, a defesa contra o injusto agressor e o homicídio⁹¹, os quais já há muito corriam em apêndice nas edições em línguas vulgares⁹².

3. Presença portuguesa no *Manual de Navarro*

Vimos como Navarro esteve presente nas edições do *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto com sua autoridade moral e sua colaboração real e decisiva⁹³. Fr. Rodrigo, por sua vez, esteve presente no *Manual* de Navarro não só enquanto inspirador deste (na ordem

⁸⁹ Assim, por exemplo, D. BAÑEZ, *Scholastica commentaria in secundam partem... S. Thomae...*; e I. DE LUGO, *Disputationes scholasticae et morales*.

⁹⁰ NAVARRO, *Enchiridion sive Manuale...*, ed. de Roma 1573, p. 1-38.

⁹¹ Assim, na edição latina de Veneza 1603: «MANVALE / CONFESSARIORVM / ET POENITENTIVM, / COMPLECTENS PENE RESOLVTIONES / omnium dubiorum, quae communiter in sacris / confessionibus occurrere solent. / MARTINO AZPILCVETA DOCTORE NAVARRO / Ordin. Canonicorum Regul. Sancti Augustini, Auctore: / ab eodem paulo ante mortem locupletatum. / Cui nunc primum praeter Tractatum de Vsuris, addita sunt Commentaria de cambijs, / de Simonia mentali, de Furto notabili, de Necessitate defendendi / proximum ab iniuria, / & de Homicidio casuali. / Cvm Allegationibus In Margine Repositis. / (...) CVM LICENTIA, ET PRIVILEGIO / Venetijs, Apud Iuntas, M.D.CIII». Esta edição comporta várias homenagens a Navarro: dois epigramas de autores portugueses, um medalhão oval com fotografia e a inscrição «Doctor Navarrus, Martinus ab Azpilcueta, Canonicus Regularis Ordinis Sancti Augustini»; e biografia por Simão Magno Ramloteu, belga. Nesta biografia, o autor refere-se ao Manual de Navarro nestes termos: «(...) Quod lingua lusitana primum compositum ac iam pridem Castellano sermone donatum, postremo auctum, locupletatum et recognitum (...) in Latio latinitate donavit».

⁹² A partir da de Salamanca 1556-57. Cf., acima, texto evocado na nota 71.

⁹³ Cf., acima, no texto evocado pelas notas 56-58.

dos capítulos e no próprio conteúdo) como também (ele e um seu confrade franciscano) na elaboração das primeiras edições do *Manual* espanhol ⁹⁴.

Vimos a homenagem que a ambos presta Navarro no prefácio da segunda edição do *Manual* de Fr. Rodrigo ⁹⁵. Esta homenagem é ainda mais explícita e penhorante na edição de Salamanca 1556-1557, onde o confrade de Fr. Rodrigo é identificado como sendo Fr. António de Azurara ⁹⁶:

«Para lo qual mejor hacer hemos puesto siete meses de tanto encerramiento, soledad, meditacion, y estudio, quanto nunca lo tuuimos: como allende otros es buen testigo el muy aprouado varon fray Antonio de Zurara padre muy reuerendo de la dicha prouincia de la piedad. El qual, como Dios lo sabe, por sola su prouidencia diuina acerto de topar conmigo en campos, y me propuso mas dudas que otros, y por solo el amor de Dios, y de que lo sobredicho se hiziesse, se determino a tenerme compañia en todo este encerramiento, reuista, y correccion desta edicion, con sus grandes trabajos aliuando los mios. Pensando el vno y el otro, que no durarian vn tercio de lo que han durado y duran» ⁹⁷.

A colaboração de Fr. António de Azurara foi não só duradoira mas também copiosa e variada, estendendo-se a propostas e «dúvidas» que obtivessem resposta no texto da obra. De facto, o nome de Azurara aparece em outros lugares da obra como subscritor de achegas sob a forma de consultas ou dúvidas ⁹⁸.

Na edição latina de Roma 1573, Navarro repete a honrosa menção de Fr. Rodrigo do Porto e de Fr. António de Azurara dentro de breve síntese sobre a origem portuguesa de seu *Manual*:

«Praemonemus te pie lector, iusto consilio nos omittere hic aliqua quae late scripsimus ad te in editione prima Lusitana Conymbricae anno 1552, et breuius in secunda Castellana Salmanticae anno 1556 facta, in quibus erat ratio, quare huic Enchiridio sive Manuali a me componendo, causam dedit aliud parvum, eadem capitula quod hoc continens, cuiusdam pii patris et Confessarii egregii Lusitani, ordinis Minorum observantiae quam Capuchinorum vulgus appellat, quod,

⁹⁴ Designadamente, nas de Coimbra 1553 e de Salamanca 1556-57. Cf., texto evocado pelas notas 61 e 71.

⁹⁵ Cf. texto evocado pela nota 27.

⁹⁶ Sobre Fr. António de Azurara, cf. D. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana...*, I, p. 209.

⁹⁷ NAVARRO, *Manual*, ed. de Salamanca 1556-57, fl. 7v. Cf. também as amistosas referências já transcritas na nota 77.

⁹⁸ Assim, por ex., na p. 37 da edição citada na nota anterior.

curante illo, missum fuit mihi censendum ab ipso Illustriss. Card. eodemque Lusitaniae infante serenissimo summoque causarum fidei cognitore, ut incerto Authore sub mea censura imprimeretur, et censitum, correctum et auctum, typisque excussum, tanquam alienum opus iusto auctario meo nomine addito, eiusdem Celsitudini dicavi, et quare rursus ex integro oportuit me illud tam hispano quam Lusitano sermone componere, et Castellanum Doñae Ioannae Austriacae, Lusitaniae Principi, Lusitanum vero infanti praefato dicare. Ratio item, quare postea Salmanticae religiosissimo patre Ioanne [= Antonio] a Zurara praefati Patris sodali instante, suasuque supremi Consilii Regii multorumque rogatu, illud idem recognovi, reformavi et auxi plurimum intra domum typographicam, unum circiter annum inclusus, et ab omni aliorum consuetudine, praeterquam praefati a Zurara, et socii eius, continuam mecum clausuram servantium, semotus»⁹⁹.

Nesta síntese, feita nos últimos anos de vida, Navarro, além de reconhecer mais uma vez a origem portuguesa de seu *Manual* e de reiterar as homenagens a Fr. Rodrigo do Porto (sempre anónimo) e Fr. António de Azurara (este mencionado com o nome de João), destaca três momentos fortes de sua intervenção pessoal na história da obra: 1552, que corresponde à publicação da 2.ª edição portuguesa e preparação da 1.ª espanhola saída no ano seguinte; 1556 (1556-1557), data da edição de Salamanca, cuidadosamente revista com a ajuda dos referidos Fr. Rodrigo e Fr. António e notoriamente aumentada; 1573, data da edição latina de Roma, doutrinalmente enriquecida e também metodologicamente aperfeiçoada¹⁰⁰.

Presentes ainda no *Manual* de Navarro outros colaboradores portugueses que, directa ou indirectamente, fizeram sugestões e consultas que o autor aproveitou para enriquecimento da obra a partir da edição de Salamanca 1556-57. Entre eles, Navarro menciona expressamente o cardeal infante D. Henrique, nesta altura arcebispo de Évora¹⁰¹, e um professor jesuíta¹⁰² encarregado da formação dos clérigos na arquidiocese alentejana:

«(...) El dicho Señor Cardenal Infante (a cuya Alteza dedicamos este mismo Manual traduzido de lenguaje Castellano en Portugues,

⁹⁹ NAVARRO, *Enchiridion sive Manuale*, ed. de Roma 1573, fl. 4-4v. De notar também a referência elogiosa que, neste prefácio, Navarro tributa ao jesuíta «Gaspar Fernandus vir eruditissimus illustrissimeque Societatis Iesu decus egregium» (*ib.*, fl. 4v), considerando-o capaz de redigir obra mais valiosa do que este seu manual.

¹⁰⁰ Cf. a menção sintética destes tempos fortes da intervenção de Navarro em seu *Manual* na nota 70 e a descrição mais pormenorizada no texto evocado pelas notas 57-68.

¹⁰¹ O cardeal infante D. Henrique foi arcebispo de Évora de 1540 a 1564.

¹⁰² Seria o P. João Cavillonio, como julgamos dever concluir-se de P. M. BALTHAZAR TELLEZ, *Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal...*, I, Lisboa 1965, p. 516-518.

en que antes lo imprimimos por estar en aquellos reynos) me hizo merced de mandarme escreuir que recibiria seruicio, en q̃ determinasse vn monçon de questiones y dudas, que me embiaua mouidas sobre lo contenido en el [*Manual*, nas edições anteriores] por vn docto y pio varon de la muy pia compañía de IESVS, por quien lo hazia leer ordinariamente a los clerigos para ello mas abiles de todos los mas grandes lugares de su Arçobispado de Evora. Mandandoles dar congrua sustentacion para oyrlo, como pastor, que es incomparable de sus ouejas, persuadido por lo que su. A. fue seruido de leer en el, y por lo que le dixeran algunos varones doctos: De los quales fue aquel de singularissima vida y espiritu, summo predicador y ygual escritor Fray Luys de Granada gran gloria de los Dominicos: que esto era vna de las cosas mas acertadas para la reformation de su Arçobispado»¹⁰³.

4. *História de um capítulo e apreciação do conjunto do «Manual»*

É curioso verificar que o esquema básico do *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto foi sempre religiosamente mantido nas edições plurilingues do *Manual* de Navarro: 27 capítulos de teologia moral na perspectiva da reconciliação e formação cristãs¹⁰⁴.

Nem a revisão das edições, nem os apêndices com «comentários», nem os «prelúdios» doutriniais que se lhe foram agregando alteraram esse esquema. Talvez razões didáticas estejam por detrás desta opção.

No entanto, a certa altura, Navarro achou conveniente redigir um novo capítulo para completar e esclarecer a matéria versada nos tradicionais 27 capítulos.

A esse trabalho, que epigraficamente relacionou com o corpo do *Manual*, mas que em realidade divulgou em separata ou permitiu fosse integrado em apêndice nalgumas edições, deu o título prosaico:

CAPITVLO / veynte y ocho, de las Addicio / nes del Manual de Confessores, del Doctor / Martin de Azpilcueta Nauar-/ ro, añadido por el mismo Author¹⁰⁵.

Das seis edições conhecidas, quatro saíram em Portugal. O que nos faz supor o apreço em que eram tidas as publicações de Navarro entre nós, mesmo depois de se ausentar para Espanha e Itália¹⁰⁶.

¹⁰³ NAVARRO, *Manual*, ed. de Salamanca 1556-57, fl. 7. Fr. Luís de Granada, mencionado no texto, além de pregador e escritor, era confessor de D. Catarina, esposa de D. João III.

¹⁰⁴ Cf. a descrição destes 27 capítulos em I, 2., do presente trabalho.

¹⁰⁵ Formatos em 4.º e 8.º e número de páginas variável entre 59 e 153 nos dois formatos e várias edições. Foi integrado em algumas edições do *Manual*.

¹⁰⁶ Cf. biografia de Navarro sob a nota 9.

A primeira edição parece ser de Valladolid 1566¹⁰⁷. As restantes, de Zaragoza 1570, Évora 1571, Évora 1574, Lisboa 1575 e Évora 1581¹⁰⁸.

Algo intrigante a história deste *Capítulo*:

«Para respõder a las varias pergũtas, que de varias partes se nos hazẽ, sobre lo que toca a los 27. Capítulos del dicho Manual: y para añadir a el lo del sacro concilio Tridẽtino: determinamos antaño de añadirle vn capitulo cõ el qual fuessem 28. Y teniẽdolo quasi acabado, nos lo tomo alguno, q̃ ha sido causa de q̃ no se ha impresso juntamente cõ el, aunq̃ en algunas partes del se alega. Y puesto q̃ me fue gran tẽta-cion para no curar mas del: pero por lo q̃ deuo a Dios, y a sus sanctos siervos, q̃ cõ charidad leen nuestras obras (...), he me forçado a tornarlo a cõponer muy mucho amejorado (...)»¹⁰⁹.

Para terminar esta parte de nosso trabalho consagrada ao *Manual de confesores y penitentes* de Navarro, que deve ter sido o *best-seller* da literatura teológico-moral na segunda metade do século xvi e primeira metade do xvii¹¹⁰, faremos uma breve apreciação da obra e de seu autor, tendo em conta que Navarro muito ficou a dever, como moralista, ao *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto.

Estamos de acordo com López Ortiz, estudioso de Navarro, quando afirma que este foi mais moralista que canonista e destaca como melhor obra dele o *Manual de confesores y penitentes*¹¹¹. De facto, Navarro «más que para la historia de la jurisprudencia, cuenta y ha de contar para la de la teología moral». Moralista e canonista em seu Manual, «Navarro no solamente construye sus elecciones morales con argumentación sólida, preferentemente canónica — e esto es capital —, sino con un gran sentido práctico. Es posible que a veces la argumentación sea artificiosa, hasta inexacta. Pero, salvo alguna tendencia rigorista, su equilibradísimo sentido humano le hace acertar en la solución justa. Por ello San Ligorio acata su autoridad con tan incondicional adhesión»¹¹².

¹⁰⁷ Dizemos «parece ser», porque o dado é recolhido de *Dictionnaire de Droit Canonique*, I, p. 1582, mas não confirmado por A. PALAU Y DULCET, *Manual del librero hispano-americano...*, I, Barcelona 1949, p. 611.

¹⁰⁸ Cf. a menção das edições portuguesas em A. JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, n. 403, 412, 425 e 925.

¹⁰⁹ NAVARRO, *Capitulo veynte y ocho de las addiciones del Manual...*, ed. de Zaragoza 1570, fl. 3.

¹¹⁰ De facto, não conhecemos obra de teologia moral tão divulgada nesta época. Cf. o conjunto das edições do *Manual* de Navarro nas diversas línguas em A. PALAU Y DULCET, o. cit. na nota 105, p. 609-611.

¹¹¹ JOSÉ LÓPEZ ORTIZ, *Un canonista español del siglo XVI: el Dr. Navarro, D. Martín de Azpilcueta*, em *La Ciudad de Dios* 153 (1941) 293.

¹¹² *Id. ib.*, p. 301.

III. Os manuais de Fr. Rodrigo e Navarro desdobrados em compêndios

O *Manual de confesores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto, em sua primeira edição, era relativamente breve sem prejuízo da necessária fundamentação doutrinal e de conveniente aparato crítico. Valorizado doutrinalmente na segunda edição a pedido do cardeal infante D. Henrique, aumentou de volume e erudição, tornando-se menos acessível a pessoas de modesta cultura teológica. Por sua vez, o *Manual de Navarro* apareceu, desde a primeira hora, como bastante complexo e volumoso para o grande público¹¹³. Entretanto, obras sérias que eram, desejavam-se ao alcance do maior número possível de leitores. Criou-se um espaço para divulgação destas obras em súmulas ou sínteses. Apareceram realmente compêndios dos manuais de Fr. Rodrigo e de Navarro, concebidos estes (manuais) não já como obras independentes, mas como fonte unitária daqueles¹¹⁴.

1. «Compendio» do «Manual» de Fr. Rodrigo — Navarro de autor português

Data de 1567 o aparecimento, em primeira edição, de uma obra intitulada:

COMPENDIO / E SVMARIO DE CONFESORES / Tirado de toda a substancia do Manual, Copilado & / abreuiado por hũ religioso frade Menor da or-/ dẽ de S. Francisco da prouincia da Piedade. / Acrescentarãselhe em os lugares cõueniẽtes as cousas / mais cõmũas q̃ se ordenarã em o sc̃to Cõcilio Tridẽti. / [Gravura de S. Francisco recebendo as chagas, com a legenda em volta:] CHRISTO CONFIXVS SVM CRVCI: VIVO EGO IAM NON EGO VIVIT VERO IN ME CHRISTVS. / Impresso em Coimbra por Antonio de Maris Im-/ pressor do Arcebispo de Braga Primas. &c. De 1567. / Com priuillogio (sic) Real. Taxado em papel.

¹¹³ Sobretudo, desde a edição de Salamanca 1556-57, o *Manual de Navarro* atingiu considerável volume e complexidade.

¹¹⁴ Como obra primeira e perfectível, o *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto tinha sido superado pelo de Navarro. Conservava, no entanto, todo o seu valor como obra solidamente elaborada e muito estimada nos meios franciscano e português, afeiçoados ao sentido prático das publicações. Devia, pois, ter servido de fonte de inspiração e elaboração do novo manual ou *Compendio*. Por sua vez, o *Manual* de Navarro, como obra mais actualizada e prestigiada, foi também certamente utilizada como fonte. Portanto, as duas ao mesmo tempo (ou, se quisermos, o *Manual* de Fr. Rodrigo—Navarro) estiveram na origem do *Compendio*, elaborado para responder a necessidades pastorais da Igreja em Portugal.

Obra em 8.º, com [8 fls.], 712 págs. e mais [26 fls.], e as seguintes peças preliminares: censura prévia de Fr. Amador Arrais e autorização do superior maior do autor, Fr. Cristóvão de Abrantes, datada de 15 de Setembro de 1566; dedicatória ao cardeal infante D. Henrique; prólogo (de Fr. Mateus de Elvas); erratas; e introdução¹¹⁵. Depois do corpo da obra, um longo índice alfabético das matérias¹¹⁶.

Não há dúvida de que o autor deste *Compendio* é um franciscano português da Província da Piedade. Diz-se claramente no frontespício: «Compilado e abreviado por um religioso frade menor da Ordem de S. Francisco da Província da Piedade». Quem, precisamente? Mais uma vez, publicação meritória de frade desta Província religiosa é divulgada sob anonimato¹¹⁷.

Barbosa Machado, sob a epígrafe «Fr. Rodrigo do Porto», apresenta o *Compendio*, em duas de suas edições (a de Viseu 1569 e a de Braga 1579) como sendo edições do *Manual de confessores e penitentes* de Fr. Rodrigo¹¹⁸. Mas, sob a epígrafe «Fr. Masseu de Elvas», escreve que este religioso franciscano, da mesma Província da Piedade, «traduziu de castelhano em português Manual de penitentes e confessores (*sic*), que tinha adicionado Fr. António de Azurara (...), obra (...) muito ilustrada pelo insigne Doutor Martin Azpilcueta Navarro (...)». Acrescenta que «a tradução de Fr. Masseu se publicou com o seguinte título: *Compendio e Summario de Confessores (...)*», mencionando edições de Coimbra 1567, Coimbra 1571, Salamanca 1572 e Lisboa 1579. Informa, ainda, que «a este *Compendio* traduziu em castelhano Fr. António Bernart (*sic*), ermita agustiniano, e saiu em Sevilha por Andres Piscioni y Juan de Leon 1585, 8.º»¹¹⁹.

Há nebulose e contradição nestas informações. Por isso, Inocêncio da Silva, confrontando estes dados com as peças preliminares da obra, observa com razão que o *Compendio* não pode ser «mera tradução nem obra de Fr. Masseu», como «se colhe evidentemente de alguns passos do mesmo *Compendio*, tais como: 1.º, da licença do Comissário Geral Fr. Cristóvão de Abrantes dada ao

¹¹⁵ É uma introdução sensivelmente melhorada em relação às dos manuais de Fr. Rodrigo do Porto e de Azpilcueta Navarro.

¹¹⁶ Há abundantes exemplares desta obra, sobretudo das várias edições portuguesas, nas nossas bibliotecas.

¹¹⁷ Cf. o que sobre o costume do anonimato nesta Província dissemos no texto evocado pela nota 29.

¹¹⁸ D. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana...*, III, p. 642.

¹¹⁹ *Id., ib.*, p. 438. Sobre a tradução aqui mencionada, cf., adiante, o nosso texto evocado pelas notas 140 e 141.

mesmo Fr. Masseu para a impressão do livro; 2.º, da dedicatória ao Cardeal D. Henrique feita por Fr. Masseu; 3.º, do prólogo do próprio livro que atribue a compilação a um religioso anónimo mui versado em casos de consciência, etc.»¹²⁰.

Debruçando-nos sobre as mesmas peças da obra e reflectindo sobre os mesmos e outros elementos, vamos tentar esclarecer esta questão do autor do *Compendio e sumario de confesores*.

Na dedicatória ao cardeal D. Henrique, da autoria de Fr. Masseu de Elvas, onde o cardeal infante é amistosamente saudado como «pay benigno, senhor & protector humanissimo desta prouincia da Piedade»¹²¹, relata-se que um religioso da referida Província, «movido com sancto zello das almas, (...) copilou a substancia do Manual de Confesores, pera mais manualmente ser vsado & tractado dos menos doctos, porque os mais sabios podem yr beber as fontes donde manão estes Regatos». Depois, vem uma informação que nos obriga a pôr de lado a hipótese de ser Fr. Masseu o autor ou tradutor do *Compendio*:

«Falecendo este Religioso [autor do *Compendio*] da vida presente, foyme mandado por obediencia de meus superiores que tirasse a luz, & fizesse Imprimir este Compendio por parecer que seraa proueytoso ao estado ecclesiastico (...)»¹²².

Portanto, Fr. Masseu de Elvas, segundo ele mesmo afirma claramente, não é nem autor nem tradutor da obra, mas sim o responsável pela edição e, como veremos adiante, também prefaciador da obra¹²³. Isto se confirma pela licença da edição passada pelo superior maior de Fr. Masseu, Fr. Cristóvão de Abrantes:

«Ao Padre & muyto amado yrmão frey Masseu guardião de sctõ Antonio de Coimbra, Paz ã o Senhor. Porq̃ sam (*sic*) informado terdes hũ liuro por imprimir q̃ fez hũ frade desta nossa Prouincia da piedade, o qual liuro he hũ cõpêdio & summario do Manual de confissões.

¹²⁰ INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, II, C, n. 374; e VII, p. 182.

¹²¹ *Compendio e sumario de confesores tirado de toda a substancia do Manual...*, ed. de Coimbra 1567, dedicatória ao cardeal infante D. Henrique, fl. 3. Citaremos doravante esta obra nas várias edições apenas com a palavra inicial «Compendio».

¹²² *Ib.*, fl. 3.

¹²³ *Ib.*, fl. 4v. Se Fr. Masseu de Elvas não é autor do *Compendio*, como quer Barbosa Machado (cf., acima, texto sob a nota 119), por este *nihil obstat* de Fr. Cristóvão de Abrantes, bem como pelo *imprimatur* de D. João Soares adiante referido no texto evocado pela nota 136, devemos concluir que ele foi o responsável pela edição e o autor pelo menos da dedicatória e do prefácio da obra.

Tendo eu respecto ao proueito que do dicto liuro uiraa aos confessores & penitentes, & ao muyto seruico que daqui resultara a nosso Senhor. Por esta vos concedo & dou licença, que possaes dar a Impressam o dicto liuro despois de examinado & aprouado pello Ordinario, conforme ao sagrado Concilio Tridentino. Dada, Em este nosso Cõuentu de sancto Antonio da Veyro a 15. de Setẽbro. de 1566. / Fr. Christophorus de Abrãtes. Cõmss. gen.»¹²⁴.

Por sua vez, a censura de Fr. Amador Arrais contém uma informação à primeira vista decisiva na identificação do autor:

«Li por mandado do Sto Oficio da casa da Inquisição ã nesta cidade de Coimbra se ordenou, este compendio e sumario de todo Manual de confessores, que recolheo hum pio & docto religioso da provincia da piedade: A quem se deve a primeyra fundiçam & instituiçam do mesmo Manual: & achey que hee liuro catholico & de muy saã & proueitosa doctrina para todos os que o quizerem ler, moormente para confessores & curas de almas, que não sam letrados. Pelo que digo ser cousa justa que se imprima. & assi o firmo de minha mão. / Frey Amador Arraiz»¹²⁵.

Segundo este texto, seria Fr. Rodrigo do Porto o tal «pio e douto religioso da Província da Piedade a quem se deve a primeira fundição e instituição do mesmo *Manual*»¹²⁶.

¹²⁴ *Compendio*, ed. de Coimbra 1567, fl. 2v. Sobre a figura de Fr. Cristóvão de Abrantes e o cargo invocado em seu *nihil obstat*, facultamos estas breves informações, uma das quais concluída de premissas dispersas: Foi 16º Superior Provincial da Província da Piedade entre 1560 e 1563. Era agora «Comissário Geral», cargo que talvez esteja relacionado com a instituição na Província (também desde 1560) de «quatro Comissários para as quatro partes da Província, a saber: Algarve, Alentejo, Beira e Entre-Doutro-e-Minho, compreendendo Chaves (...)». Cf. FR. FRANCISCO DE SANTIAGO, *Chronica da santa Provincia de N. Senhora da Soledade...*, I, Lisboa 1762, p. 77-79. Diz-se ainda nesta obra (p. 78) que Fr. Cristóvão «traduziu de Latim em Portuguez hum livro, que callado o nome se imprimio em Evora no anno de 1554 por ordem do Cardeal Infante D. Henrique, com quem teve estreita amizade, e o elegeo depois de concluir o Provincialato Comissario Geral sobre todas as Provincias deste Reino (...)». Ao cargo (provável) de Comissário Provincial das Beiras juntava Fr. Cristóvão estoutro (certo) de Comissário Geral. Conciliando a notícia bibliográfica do texto reproduzido com ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, n. 382, chegamos à conclusão de que a obra traduzida por Fr. Cristóvão é: «EXERCICIOS / spñais & diuinis, compostos / por Nicolao Eschio. Tresla / dados de latim em roman / ce portugues, por hũ frade / menor da prouincia da piedade. / Contem como a alma po / de ser Vnida & trãforma / da per amor em deos. / Vistos & aprouados por / mandado do Cardeal iffan / / te inquisidor mor nestes / reynos. / 1554».

¹²⁵ *Compendio*, ed. de Coimbra 1567, fl. 1v.

¹²⁶ Isto, pelo menos, na hipótese de «fundição» e «instituição» equivalerem a elaboração e autoria. De qualquer modo, é ao autor franciscano do *Manual de confessores e penitentes*, e não a Navarro, que se refere Fr. Amador Arrais na linha de todo o contexto do aparecimento da obra. Cf. a questão do autor do *Manual* português no texto evocados pelas notas 23-38.

Absolutamente satisfatória nos parecia esta conclusão. Mas nova informação de Fr. Masseu, agora no prólogo do *Compendio*, impede-nos de a adoptar:

«O principal intento que moueo a hum bõ & uirtuoso religioso da prouincia da piedade, a fazer a primeira impressam do Manual de Confessores foy o sancto zello das almas, & de ajudar os menos doctos. Despois per muytos sanctos respectos, foy o dicto liuro tam acrescentado, assi ã volume como em questões pelo doctissimo doctor Nauarro, Cathedratico de prima em esta vniuersidade de Coimbra. Que assi como pera os sabios he lume & ajuda pera se entenderem & decidirem muytos casos: pera os que pouco entendem (q̃ sam, a mayor parte) he muy difficuloso & obscuro, & tem necessidade de declarações, como em algũas partes se faz, onde se lee & declara, a cõfessores religiosos & ecclesiasticos. Pello que outro religioso da mesma prouincia muy versado em casos de Consciencia, recolheo este Compendio & substancia de todo elle, pera aliuiio dos fracos, & remedio dos que nam podem ter tantos liuros de summas & doctores, como conuem a suas consciencias, pera nam errarem & satisfazerẽ a suas obrigações (...).»¹²⁷.

A par do itinerário percorrido pelo *Manual de confessores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto, temos aqui a afirmação explícita de que o autor do *Compendio e sumario de confessores* é «outro religioso da mesma Província». Quem, nominalmente? Não conseguimos apurá-lo com certeza. Mas, julgamos muito provável que tenha sido Fr. António de Azurara¹²⁸. «Mui versado em casos de consciencia»¹²⁹ e dedicado colaborador de Fr. Rodrigo do Porto e de Azpilcueta Navarro nas edições do *Manual*¹³⁰, mais que ninguém estava em condições de recolher e elaborar este *Compendio* a partir daquele *Manual*.

2. Livro de texto em Portugal

Como se diz no frontespício e nas peças preliminares, e se pode verificar pela leitura, o conteúdo do *Compendio e Sumario de confessores* é substancialmente o mesmo do *Manual* de Fr. Rodrigo — Navarro, embora notoriamente abreviado, e, além disso, actualizado com a doutrina e orientações disciplinares do Concílio de

¹²⁷ *Compendio*, ed. de Coimbra 1567, fl. 4v-5.

¹²⁸ Cf. os dados bio-bibliográficos de Fr. António de Azurara no texto evocado pelas notas 97-100.

¹²⁹ Assim é considerado no texto evocado pela nota 127.

¹³⁰ Sobre a colaboração de Fr. António de Azurara nas edições do *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto e de Navarro, cf. nosso texto evocado pelas notas 97 e 99.

Trento recentemente celebrado. A preocupação de síntese e clareza atingiu não só a matéria mas também a apresentação metodológica, de modo que, em relação ao *Manual*, se optou pelo desdobramento de alguns capítulos e pela omissão de aparato crítico.

Fr. Masseu de Elvas explica no prólogo as razões desta opção:

«Pera mais breuidade nam se puseram as allegações, pois com isso excusado fora abreuiarse, & quem quizer mais largamente ver as materias, textos & Doctores, podeos sem trabalho buscar em o Manual, por que leua a mesma ordem. Tambem se acrescentaram do sancto Cõcilio Tridentino, as cousas necessarias em seus lugares. Mudouse a conta dos numeros em parraphos, capitulos, & paginas pera mais facilidade»¹³¹.

De facto, em vez dos 27 capítulos do *Manual*, encontramos no *Compendio* 40. Até ao capítulo X, a ordem e enunciado da matéria é sensivelmente igual. Aqui, acrescenta-se como capítulo XI a exposição de «algũas regras geraes muy necessarias pera tudo o que se ha de perguntar» aos reconciliandos. Até ao capítulo XXIV volta-se à mesma ordem temática. No *Compendio*, porém, este capítulo desdobra-se em dois, tratando-se num (o XXV) dos cinco sentidos corporais e noutro (o XXVI) das obras de misericórdia. No capítulo XXVII, correspondente ao XXV do *Manual*, expõem-se as responsabilidades próprias dos vários estados. No capítulo XXVIII, correlativo ao XXVI, trata-se de «como se ha de aver o confessor com o penitẽte em o fim da confissam». Aqui, introduz-se no *Compendio* um novo capítulo (o XXIX) sobre a maneira «como se ha de aver o cõfessor cõ os que estão em o artigo da morte»; e outro (o XXX) com «algũs auisos, pera o q̃ ha de fazer testamento». Os capítulos XXXI-XXXVIII correspondem ao XXVII e último do *Manual*, tratando sucessivamente «das excomunhões», «das excomunhões em q̃ se incorre por direyto», «da suspensam», «do interdito», «da irregularidade», «dos casos em q̃ a igreja se reputa polluta, ou nã limpa», «dos casos reseruados» e «de algũs auisos & regras pera confessores, & penitentes, & pera conhecer peccados, & o proueito das boas obras feytas em elles, & o dãno da consciencia erronea & escrupulosa, & outras cousas». Os capítulos XXXIX e XL são inteiramente novos, versando o primeiro «algũs Decretos do sagrado Concilio Tridentino» (relativos à incardinação dos clérigos, aos amancebados, ao purgatório e à veneração de imagens

¹³¹ *Compendio*, ed. de Coimbra 1567, fl. 5.

e relíquias), e o segundo, mais dois decretos do referido Concílio (sobre os religiosos e as indulgências)¹³².

Para aquele tempo, devemos considerar esta obra de valor intrínseco e sentido pedagógico apreciáveis. Por isso, alcançou grande êxito em Portugal como livro de estudo e consulta individuais e até como livro de texto nas aulas.

Com efeito, o cardeal infante D. Henrique, agora arcebispo de Lisboa¹³³, em provisão de 29 de Outubro de 1567, recomendava encarecidamente o *Compendio* ao seu clero, pedindo também aos padres jesuítas que ensinavam teologia moral no Colégio de Santo Antão fizessem o mesmo aos seus ouvintes¹³⁴:

«...Considerão quã importante & necessario he aos sacerdotes saberem as cousas que cõvem a obrigação de seu officio & bem das almas, mayormente casos de consciencia: & pera que estejam mais resolutos nelles Encomendo muyto aos Priores, Rectores, Curas, & mais sacerdotes deste nosso Arcebispado, que tenham o Manual [=Compêndio], ora novamête recopilado por hum frade menor da ordem de Sam Francisco da Provincia da Piedade, impresso na cidade de Coimbra, por ser muyto proveytoso & necessario. E outro si, encomendo aos padres da Companhia, que lem os ditos casos no Colegio de Sancto Antão desta cidade, o digão & alembrem aos sacerdotes seus ouuintes aa lição quão necesarios, & importantes sam os dictos liuros, &c.»¹³⁵.

Por sua vez, D. João Soares, bispo de Coimbra, no *imprimatur* da segunda edição, datado de 18 de Abril de 1569, depois de referir a solicitude pastoral que empenhara na revisão do texto, recomenda igualmente o *Compendio* aos sacerdotes da sua diocese:

«Fazemos saber (...) Como nos vimos o Manual [=Compêndio] que mandou imprimir o padre Frey Masseu, guardião [=superior local] da casa de Santo Antonio da Piedade, desta cidade extra muros [=S. António dos Olivais], & o revimos e passamos com os Doctores Mestre Martinho de Ledesma, Cathedratico de prima da Sta Teologia e o doctor Iames de Moraes cathedratico de prima de Canones. & tiradas

¹³² Bastante breves e desprovidos de aparato crítico, embora criteriosamente elaborados e enriquecidos com as mais recentes aquisições teológico-jurídicas (designadamente as provenientes do Concílio de Trento), os 40 capítulos do *Compendio* abrangem 712 págs. em 8.º, constituindo volume sensivelmente igual ao da 1.ª edição do *Manual de confessores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto. Cf. o presente trabalho em I, 1.

¹³³ O cardeal infante D. Henrique trasladou-se do arcebispado de Évora para o de Lisboa em 1564, mantendo-se aqui como arcebispo até 1574.

¹³⁴ Chegados a Portugal em 1540, os jesuítas estabeleceram-se em 1542 no antigo mosteiro de Santo Antão na Mouraria, o qual foi a primeira casa que a Companhia de Jesus possuiu como própria em todo o mundo. Desde 1553 mantinham aulas públicas nesta casa.

¹³⁵ *Compendio*, 2.ª ed. de Coimbra 1569, fl. 2v.

e emendadas as cousas q̃ nos pareceo, demos de nossa parte licença para se imprimir. & por estar muyto reuisto e correcto encomendamos muyto a todos os sacerdotes de nosso Bispado que o leão & tenham, pello proveyto que delle tirarão para a cura das almas»¹³⁶.

Que o *Compendio* foi muito lido e utilizado na formação dos pastores de almas e dos fiéis deduz-se ainda das muitas edições conseguidas em Portugal. Eis as que conhecemos: a de Coimbra 1567, cujo frontespício acima reproduzimos¹³⁷, e as de Coimbra 1569, Viseu 1569, Lisboa 1569, Coimbra 1571, Braga 1579 e Lisboa 1579¹³⁸.

3. Tradução espanhola do «*Compendio*» português e outros compêndios do «*Manual*» de Navarro

Não se limitou a Portugal o êxito do *Compendio e sumario de confesores* compilado por autor franciscano português (Fr. António de Azurara, provavelmente, como dissemos¹³⁹). Estendeu-se também a Espanha, onde a referida obra foi traduzida e amplamente divulgada em várias edições. Reproduzimos o frontespício das primeiras edições:

COMPENDIO Y SUMMARIO DE CONFESORES, sacado de toda la substancia del Manual de Navarro. Traducido de lengua portuguesa en lengua Castellana, por el Reverendo Padre fray Antonio Bernat¹⁴⁰.

¹³⁶ *Ib.*, fl. 2.

¹³⁷ Cf. nosso texto evocado pelas notas 115 e 116.

¹³⁸ Cf. ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, n. 110, 542, 845, 851, 857 e 919. Justas as observações feitas nesta obra, n. 919, sobre a edição de Viseu 1579 como distinta da de Coimbra com a mesma data, indo ao encontro da opinião de INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, XIX, S, p. 237 em relação com II, p. 94. Para nós, é importante um pormenor relativo à fonte ou paternidade do *Compendio* como ela foi apreendida pelos editores até à segunda edição de Coimbra 1569 e, depois, a partir da de Viseu do mesmo ano. Na de Coimbra 1569 se diz: «Foy impresso este / Compendio & sumario do Manual de / Cõfessores, a seguda vez emendado por / mandado do senhor Bispo de Coim/ bra, na muy nobre & sempre leal / cidade de Coimbra, por Anto-/ nio de Maris, Impressor do senhor Arcebispo de Braga, / Primas, &c. Acabouse / / aos. xxx. dias do mes / de Abril. Anno / de. 1569» (fl. 25 complementar); na de Viseu 1569, acrescentou-se neste mesmo texto: «(...) Compendio & sumario do Manual de Nauarro (...). O aditamento, que sublinhamos, reflectiria convicção que entretanto se tinha generalizado (cf. adiante o texto invocado pelas notas 140 e 141) ou teria em vista causar mais impacto com a menção do nome de Navarro. Na edição de Lisboa 1579, fl. 1, Fr. Bartolomeu Ferreira, na censura em nome da Inquisição, recorre a outra variante para designar o *Compendio*: «Manual de Navarro ou Summario de confesores». Vê-se que a atenção de todos se prendia mais ao valor intrínseco e ortodoxia da obra do que à verdadeira origem e paternidade da mesma.

¹³⁹ Cf. o que dissemos no texto evocado pelas notas 128-130.

¹⁴⁰ Cf. D. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana...*, III, p. 438; e A. PALAU Y DULCET, *Manual del librero hispano-americano*, II, p. 192. De notar, nesta tradução, por um lado, a referência explícita à origem portuguesa do *Compendio* e, por outro, a menção do *Manual* de Navarro como fonte.

Enumeram-se as seguintes edições, algumas delas ligeiramente alteradas por revisores e editores: Salamanca 1572, Sevilla 1575, Valencia 1579, Alcalá 1580, Alcalá 1581, Sevilla 1585, Valladolid 1586, Barcelona 1586, Barcelona 1586 (por outro editor) e Madrid 1586¹⁴¹.

Alguns anos depois, apareciam novos modelos de compêndio, elaborados a partir das edições latinas do *Manual* de Navarro, os quais, na península ibérica, se vieram juntar ao *Compendio* português traduzido em espanhol. No resto da Europa, circularam no original latino e em traduções italianas e francesas. Conhecemos dois modelos de *Compendium*: um elaborado por ordem sistemática, portanto, muito semelhante ao de origem portuguesa; e outro por ordem alfabética, fazendo recordar a maioria das sumas de confesores dos séculos precedentes¹⁴².

Reproduzimos o frontespício de uma edição do modelo elaborado por ordem sistemática:

COMPENDIVM / MANVALIS MARTINI / AZPILCUETAE
DOCTO- / ris Nauarri / AD COMMODIOREM / usum, tum confessa-
riorum, tum poeni / tentium confectum. PETRO GIVVARA THEO-
LOGO / AVCTORE¹⁴³.

O modelo por ordem alfabética é assim apresentado:

COMPENDIVM / Summae seu Manualis / DOCT. NAVARRI /
/ in ordinem alphabeti / redactum, sententiasque / omnes succincte /
/ Complectens: / AVCTORE / R. P. STE. DE AVILA / Abulensi,
socie. Iesu / presbyt. et Theologo¹⁴⁴.

São conhecidas muitas edições deste *Compendium* em duplo modelo, largamente divulgadas na última década do século XVI e primeira do seguinte: Lyon 1591, Colonia 1591, Placencia 1592, Lyon 1592, Lyon 1592 (por outro editor), Antuerpia 1592, Lyon 1593, Barcelona 1593, Barcelona 1593 (por outro editor), Roma 1593, Bergamo 1593, Veneza 1595, Colonia 1599, Veneza 1600, Antuerpia

¹⁴¹ Cf. A. PALAU Y DULCET, *o. cit.*, I, p. 610; e D. BARBOSA MACHADO, *o. cit.*, p. 438.

¹⁴² Sobre estas sumas, cf. A. PEREIRA DA SILVA, *Teologia moral em renovação*, em *Didaskalia* 1 (1971) 268. Há exemplares de ambos os modelos do *Compendium* nas bibliotecas portuguesas.

¹⁴³ Edição de Lugduni (Lyon) 1591.

¹⁴⁴ Edição de Lugduni (Lyon) 1609.

1600, Veneza 1601, Antuerpia 1601, Moguncia 1601, Lyon 1603, Veneza 1603-1604, Paris 1604, Bruxelas 1604, Colonia 1608 e Lyon 1609¹⁴⁵.

Mas o *Compendium* não se ficou nas edições latinas. Para atingir público menos familiarizado com o latim, foi divulgado também em italiano e francês pelo menos o modelo elaborado segundo ordem sistemática.

Em italiano apareceu com o título:

Manuale del Navarro ridotto in Compendio Da Pietro Givvara:
e tradotto del Latino nella lingua Toscana de Camillo Camilli (...).

Conhecem-se edições de Turim e Veneza, ambas de 1591¹⁴⁶.
Por sua vez, as edições em língua francesa têm o título:

ABRÉGÉ DU MANUEL (...): Composé pour la plus grande
commodité, par Pierre Giuvara. Traduit du latin en français pour
M. Robert Segard (...).

Mencionam-se edições de Paris 1601, Dovai 1601, Ruen 1616
e novamente Ruen 1621¹⁴⁷.

Por esta avalanche de edições do *Compendio* em várias línguas, desdobrando e acompanhando as edições, também plurilingues, do *Manual*, se pode avaliar do prestígio de Navarro e do merecimento de sua obra; prestígio e merecimento que pertencem também aos autores e demais colaboradores portugueses (designadamente Fr. Rodrigo do Porto, Fr. António de Azurara e Fr. Masseu de Elvas) que estiveram na origem e acompanharam a evolução de tão conceituadas obras.

¹⁴⁵ Cf. A. PALAU Y DULCET, *o. cit.*, p. 610-611.

¹⁴⁶ Cf. *Id.*, *ib.*, p. 611.

¹⁴⁷ *Id.*, *ib.*, p. 611.

Conclusão

Fizemos o estudo crítico da obra de teologia moral do século xvi (1.º edição de Coimbra 1549) intitulada *Manual de confessores e penitentes*. Obra de autor português e escrita em língua portuguesa.

Fartamente elogiada e avidamente acolhida no seu tempo, demo-nos ao trabalho de a contactar directamente e de a comparar com as obras congéneres anteriores e contemporâneas a fim de apurarmos seu valor real.

Porque sua história como obra autónoma se reduzia a duas edições (Coimbra 1549 e novamente Coimbra 1552) e, por outro lado, sempre a encontrávamos referida a obra do mesmo título do célebre canonista-moralista espanhol Martín de Azpilcueta Navarro, detentor da cátedra de Cânones na Universidade de Coimbra durante 17 anos (1538-1555), quisemos saber o motivo e a medida desta ligação que aos leitores atentos causa estranheza e aos bibliófilos portugueses certa decepção.

Seria, pois, necessário repor a questão de sua origem e de seu autor, analisar seu conteúdo, percorrer o itinerário de sua existência. Poderíamos assim resgatá-la do olvido, das incertezas e contradições, e bem assim averiguar de seu valor intrínseco e de sua projecção directa ou indirecta nas obras e cultura contemporâneas e posteriores.

Após aturada investigação e atenta análise comparativa, verificámos que o referido *Manual* se situa na linha das sumas teológico-morais, vulgarmente conhecidas por «sumas de confessores», de feição prática e função exomológica, muito divulgadas nos séculos xiii a xvi, representando a corrente casuística, naquele tempo e naquela fase ainda isenta de influências racionalistas e regalistas que a desvirtuaram nos séculos posteriores.

Porém, a suma portuguesa avanteja-se à maioria das suas congéneres por ser doutrinalmente mais completa, metodologicamente mais perfeita e pastoralmente mais incisiva (visa directamente o serviço da Igreja em Portugal). Seus destinatários não eram apenas os sacerdotes, mas, cumulativamente, os pastores de almas e os fiéis. É uma suma para «confessores e penitentes». Fugia assim à condição

de receituário de soluções a aplicar quase mecanicamente pelos ministros da reconciliação para se situar na categoria das obras de formação cristã ao serviço de todas as pessoas suficientemente iniciadas na cultura teológica.

Para alcançar tais objectivos, foi redigida em português, sobrepondo a finalidade apostólica localizada ao êxito internacional que estava ao seu alcance. Optou, além disso, pela brevidade sem, no entanto, sacrificar a integridade do conteúdo. Pelo que, nem a língua nem a concisão diminuem seu valor intrínseco justamente celebrado por competentes autoridades no campo da teologia.

Publicada sob consciente anonimato, confirmámos a atribuição da autoria a Fr. Rodrigo do Porto, franciscano português da província religiosa da Piedade. Colocada desde a primeira hora sob a égide científica de Azpilcueta Navarro, que a apresenta e aclara na primeira edição e a revê e aumenta, de colaboração com o autor, na segunda, serviu de inspiração, modelo e alicerce para a obra homónima deste mesmo autor, o *Manual de confesores y penitentes*, cuja primeira edição (Coimbra 1553) foi preparada simultaneamente com a segunda portuguesa e cujo texto beneficiou de sucessivas revisões nas décadas seguintes. Podemos dizer que o *Manual* de Fr. Rodrigo foi assim metamorfoseado no de Navarro ou que o *Manual* de Navarro assumiu o de Fr. Rodrigo. Donde, este ter ficado apenas em duas edições.

Entretanto, apesar das sucessivas transformações, o *Manual* de Navarro manteve sempre o esquema do de Fr. Rodrigo: 27 capítulos por ordem sistemática, segundo o esquema da celebração penitencial e em perspectiva de reconciliação e formação cristãs. Um *Capítulo veynte y ocho*, que Navarro redigiu para actualizar os 27 originais do *Manual*, nunca foi integrado como parte componente deste.

Obra seriamente cuidada pelo autor, com o auxílio de dedicados colaboradores portugueses, o *Manual* de Navarro cresceu cada vez mais em volume e prestígio, sucedendo-se as edições em ritmo impressionante, primeiro em espanhol e depois em português, latim e italiano. Contam-se por largas dezenas as edições, sendo especialmente cuidadas pelo autor a primeira de Coimbra 1553 (em espanhol), a de Salamanca 1556 (também em espanhol) e a de Roma 1573 (em latim).

Verdadeira obra prima da especialidade, foi muito apreciada pelos teólogos moralistas posteriores, entre os quais S. Afonso Maria de Ligório.

Não tendo perdido nunca a vinculação com o *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto, cujo título, esquema e conteúdo básico religiosamente guardou, o *Manual* de Navarro envolve o seu homónimo na mesma auréola de prestígio e área de influência. Aliás, em todas as edições cuidadas por si e, geralmente, também nas outras, Navarro faz menção do autor português e presta-lhe agradecida homenagem que estende igualmente a outros colaboradores portugueses.

Evoluindo no sentido da complexidade e do volume, o *Manual* de Navarro criou espaço para obras mais sintéticas do género do *Manual* de Fr. Rodrigo do Porto, devidamente actualizadas. Foi assim que, em 1567, se publicou em Portugal um *Compendio e sumario de confesores tirado de toda a substancia do Manual* (de Fr. Rodrigo—Navarro). O autor é sem dúvida um franciscano português, ao que parece colaborador de Fr. Rodrigo e de Navarro nas edições do *Manual*, provavelmente Fr. António de Azurara.

Muito bem acolhido, o *Compendio* alcançou várias edições tanto em língua portuguesa como na tradução espanhola, a par de outro compêndio elaborado mais tarde a partir do *Manual* latino de Navarro e divulgado em duplo modelo, primeiro em latim (*Compendium* por ordem sistemática e *Compendium* por ordem alfabética) e, depois, em italiano e francês.

Julgamos, pois, que o *Manual de confesores e penitentes* de Fr. Rodrigo do Porto é obra de muito interesse quer para a cultura teológica quer para a cultura portuguesa. Isto não só pelo serviço pastoral que prestou no seu tempo e pela sua presença directa ou indirecta em obras afins posteriores, mas também pelo valor que tem em si mesma como monumento da tradição teológico-moral e como fonte de inspiração de obras similares capazes de satisfazer no presente as necessidades pastorais da Igreja e de responder às interpelações prementes do mundo contemporâneo.

A. PEREIRA DA SILVA